



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 702

Terça-feira - 22 de Março de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	4
Biguaçu .....	4
Braço do Trombudo .....	5
Caçador.....	6
Campo Alegre .....	7
Campos Novos .....	10
Canoinhas.....	10
Capinzal .....	11
Catanduvas.....	11
Chapadão do Lageado .....	12
Concórdia .....	12
Cordilheira Alta .....	14
Coronel Martins.....	17
Curitibanos .....	17
Ermo.....	18
Fraiburgo.....	19
Garopaba.....	20
Guaramirim.....	20
Herval do Oeste .....	22
Imbituba .....	23
Irineópolis .....	23
Itapoá .....	23
Joaçaba.....	30
Lages .....	31
Lauro Muller .....	31
Luzerna .....	35
Monte Carlo .....	39
Novo Horizonte .....	40
Paulo Lopes .....	41
Porto União.....	42
Rio do Sul.....	44
Salto Veloso.....	48
Santa Terezinha do Progresso .....	48
São Lourenço do Oeste.....	48
São Pedro de Alcântara.....	51
Schroeder.....	52
Timbó .....	55
Tunápolis.....	67
Turvo .....	72
Videira.....	73

### Associações

AMVALI .....	73
--------------	----

### Consórcios

AGIR .....	74
CINCO .....	75
CITMAR.....	75

## Água Doce

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto N° 012/2011

DECRETO N° 012/2011 - DE 21 DE MARÇO DE 2011

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2010"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Concurso Público Municipal nº 001/2010, conforme ANEXO ÚNICO deste Decreto

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de março de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

#### ANEXO ÚNICO

DECRETO N° 012/2011 – DE 21 DE MARÇO DE 2011

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2010

#### GRUPO I - SERVIÇOS OPERACIONAIS

##### CARGO: AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO

ORDEM	INS-CRI- ÇÃO	NOME	NOTA FINAL	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	071	JUCIMAR ANTONIO DE LIMA	6,48	4,40	0,80	1,12	0,16
2	093	ISRAEL CRISTIANO DE OLIVEIRA	6,08	4,00	0,80	0,96	0,32
NÃO CLASSIFICOU	051	LUIZ DALLA VALLE	3,52	2,40	0,48	0,64	0,00
NÃO CLASSIFICOU	013	LUIZ VERLINDRO DRUN	3,12	2,00	0,48	0,64	0,00

##### CARGO: AGENTE OPERACIONAL

ORDEM	INS-CRI- ÇÃO	NOME	NOTA FINAL	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	006	LUIZ CARLOS EDER	6,40	4,00	0,96	0,96	0,48
FALTOU	041	ADILSON RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

FALTOU	090	ITAMIR ANTONIO SANTANA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------	-----	------------------------	------	------	------	------	------

## CARGO: AUXILIAR DE DEFESA CIVIL

ORDEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	030	GABRIEL CERINO DOS SANTOS	7,28	5,20	0,64	0,96	0,48
2	083	DIRCEU DOS SANTOS	6,56	4,80	0,80	0,64	0,32
3	033	ALAN DIONE SOSTER	6,56	4,00	0,64	1,12	0,80
4	023	ISMAEL CICERO CHINATO	6,40	4,80	0,64	0,80	0,16
5	049	IVONETE CARDOZO MOREIRA	6,24	4,80	0,48	0,64	0,32
6	039	LUCIANDRO DE LUCA	5,68	3,60	0,64	1,28	0,16
NÃO CLASSIFICOU	058	VANDENIR FRANCISCO ALVES DE SIQUEIRA	4,80	3,20	0,64	0,32	0,64
NÃO CLASSIFICOU	028	DIEGO TRENTA CORREA	4,72	3,60	0,80	0,32	0,00
NÃO CLASSIFICOU	016	DIRCEU CHIAMULERA	4,24	2,80	0,48	0,96	0,00
NÃO CLASSIFICOU	035	IDILENE SALVADEGO	4,08	2,80	0,48	0,64	0,16
NÃO CLASSIFICOU	082	CRISTIANO TOIGO	2,96	2,00	0,16	0,64	0,16

## CARGO: MECÂNICO

ORDEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	069	IVAIR PEGORARO	8,56	9,00	7,68	5,60	0,64	0,80	0,64
2	001	HILÁRIO BARTZ	8,27	10,00	4,80	3,20	0,48	0,80	0,32

## CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

ORDEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	098	RODRIGO GATELLI	8,88	10,00	6,64	4,40	0,48	0,96	0,80
2	005	PEDRO VALDECIR MOREIRA	8,15	9,50	5,44	4,00	0,16	1,12	0,16
3	004	EDER FERREIRA DOS SANTOS	8,08	10,00	4,24	2,80	0,48	0,80	0,16
4	002	JAVIER FONSECA DOS SANTOS	7,85	9,50	4,56	2,80	0,48	1,12	0,16
5	036	VALMOR BORTOLO VIÊRA	7,09	7,00	7,28	5,20	0,64	1,28	0,16
NÃO CLASSIFICOU	092	PAULO MEIRA SAGÁZ	3,16	1,50	6,48	4,40	0,64	0,96	0,48
NÃO CLASSIFICOU	075	LAUDELINO DOMINGUES	2,39	2,50	2,16	1,20	0,32	0,48	0,16

FALTOU	044	JORDÃO DIAMANTINO DUTRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FALTOU	095	JOÃO FRANCISCO VIEIRA BERTON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FALTOU	097	LUCAS PEDROSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## GRUPO III - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

## CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ORDEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	042	CAROLINE LAMPERT	5,20	3,60	0,96	0,32	0,32
NÃO CLASSIFICOU	003	JÉSSICA MARIA FACHIN GEMELLI	4,40	2,80	0,80	0,80	0,00
NÃO CLASSIFICOU	053	SIMARA MARISA PASINI	4,24	2,80	0,64	0,64	0,16
NÃO CLASSIFICOU	094	MAGALI FERREIRA DA COSTA FERRETTI	3,84	2,40	0,64	0,80	0,00
NÃO CLASSIFICOU	050	GEONARA PAULA SECCO	3,60	2,00	0,64	0,64	0,32
NÃO CLASSIFICOU	076	WALDENY BARROS BRAGA SILVA	3,44	2,00	0,80	0,64	0,00
NÃO CLASSIFICOU	010	ELIZABETE SIMONE BOF	3,20	2,40	0,32	0,48	0,00
NÃO CLASSIFICOU	056	GUILHERME ALMEIDA DA SILVA	3,20	1,60	0,96	0,64	0,00
NÃO CLASSIFICOU	057	CÉLIA MARIA ALMEIDA DA SILVA	2,96	2,00	0,48	0,48	0,00
NÃO CLASSIFICOU	018	MARLENE APARECIDA DOS PASSOS BATISTA	2,64	2,00	0,32	0,16	0,16
NÃO CLASSIFICOU	055	MARIA JESOVINA DOS SANTOS	2,40	1,60	0,00	0,64	0,16
NÃO CLASSIFICOU	059	DEJAMIRA APARECIDA AGUI-LERA ZANESCO	1,92	0,80	0,64	0,48	0,00
FALTOU	011	LECI TERESINHA DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## GRUPO IV - SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

## CARGO: MÉDICO PEDIATRA

ORDEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	025	VENICIUS GIOVANI SACHET MASSONI	5,57	0,00	6,96	4,40	1,28	0,64	0,64

## CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO.									

## CARGO: MEDICO CLINICO GERAL 20 HORAS

ORDEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	009	LICIANE ANGELA FABRO SCAINI	6,16	3,60	1,28	0,96	0,32
FALTOU	064	REGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## CARGO: MEDICO CLINICO GERAL 40 HORAS

ORDEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	046	DENIS CONCI BRAGA	6,08	3,20	1,12	0,96	0,80
FALTOU	019	GEISSON TOSETO ZANTOTTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FALTOU	038	JANINE LOUISE DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FALTOU	060	OSCAR FILIPE SOUZA DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FALTOU	061	FABIANO SCORTEGAGNA DUPCZAK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO

## CARGO: PROFESSOR 1ª A 5ª SÉRIE

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	029	GLADIS MIRANDA CAVICHIOLI MENEGAT	6,38	6,00	6,48	4,40	1,12	0,48	0,48
2	022	ANDRIANA WENSEL TOTTI	6,37	4,00	6,96	4,40	1,44	0,64	0,48
3	008	JACQUELINE MARIA CELSO	6,32	6,00	6,40	4,80	0,80	0,64	0,16
4	014	MARISETE KOCHER	5,94	6,00	5,92	4,80	0,64	0,16	0,32
5	089	DAYANE DE MORAIS	5,87	6,00	5,84	5,20	0,32	0,16	0,16
6	067	JULIANA PEREIRA DE SOUZA KATSCHECHOR	5,74	6,00	5,68	4,40	0,64	0,48	0,16
7	079	SALETE ZARPELON PARENTI	5,68	6,00	5,60	4,80	0,48	0,16	0,16
8	021	TANIA MARA ZANATA	5,68	6,00	5,60	4,00	0,80	0,64	0,16
9	054	ELIANE MARIA DE SÁ	5,68	6,00	5,60	4,00	0,64	0,64	0,32
10	073	LUCI MARA ANSOLIN LUCHESE	5,55	6,00	5,44	4,80	0,16	0,16	0,32
11	052	SANDRA MARIA CELSO ZANINI	5,54	4,00	5,92	4,00	0,80	0,96	0,16
12	047	MAÍRA RAMOS	5,54	4,00	5,92	4,00	0,64	0,80	0,48
13	043	KEILA LUCIA DA SILVA ARRUDA	5,43	2,50	6,16	4,40	0,96	0,16	0,64
14	026	MARINÊS LÚCIA FIOREZE	5,42	6,00	5,28	4,00	0,48	0,64	0,16

15	072	SANDRA IARA GIARETTA	5,23	6,00	5,04	3,60	0,64	0,64	0,16
16	085	NEUSA APARECIDA DOS SANTOS	5,12	4,50	5,28	4,00	0,64	0,48	0,16
NÃO CLASSIFICOU	024	CLEUZA MARIA DE OLIVEIRA DRISSEN	4,67	0,00	5,84	4,40	0,48	0,64	0,32
NÃO CLASSIFICOU	034	CIBELY FAVRETTO	4,35	0,00	5,44	4,80	0,32	0,16	0,16
NÃO CLASSIFICOU	017	LORENA ELEUTÉRIO DA LUZ RAMPAZZO	3,90	0,00	4,88	3,60	0,80	0,32	0,16
NÃO CLASSIFICOU	031	ANDRÉIA LUCY TONIAL	3,78	0,00	4,72	3,60	0,64	0,32	0,16
NÃO CLASSIFICOU	074	CLAUDETE ALVES DE LIMA DOS SANTOS	3,71	0,00	4,64	3,20	0,64	0,48	0,32
NÃO CLASSIFICOU	045	MARISETE MARIA PANTANO GUISENI	3,52	0,00	4,40	2,80	0,64	0,80	0,16
NÃO CLASSIFICOU	099	ROSEMIR SIGNORI	3,46	0,00	4,32	3,20	0,64	0,48	0,00
NÃO CLASSIFICOU	091	ADRIANA IONA APARECIDA CORDEIRO	3,20	0,00	4,00	3,20	0,32	0,32	0,16
NÃO CLASSIFICOU	084	NILZA MÁRCIA DOS SANTOS	2,24	0,00	2,80	1,20	0,96	0,48	0,16
FALTOU	048	MARILENE MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## CARGO: PROFESSOR 6ª A 9ª SÉRIE - CIÊNCIAS

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
NÃO CLASSIFICOU	037	JULIANA LETICIA DEBERTOLIS	4,72	2,50	5,28	3,20	0,80	0,96	0,32
NÃO CLASSIFICOU	100	GIUVANI SPEZZATO	4,60	2,50	5,12	3,20	0,64	0,80	0,48
NÃO CLASSIFICOU	077	BEATRIZ LEMES DA SILVA	2,30	0,00	2,88	2,40	0,32	0,16	0,00
NÃO CLASSIFICOU	087	HILDA VIÊRA	2,05	0,00	2,56	1,60	0,64	0,16	0,16

## CARGO: PROFESSOR 6ª A 9ª SÉRIE - GEOGRAFIA

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO.									

## CARGO: PROFESSOR 6ª A 9ª SÉRIE - HISTÓRIA

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	065	ANDRÉ LINK	5,42	6,00	5,28	4,00	0,64	0,48	0,16
NÃO CLAS-SIFI- COU	040	ELENITA RIBEIRO	3,58	0,00	4,48	3,20	0,80	0,32	0,16

## CARGO: PROFESSOR 6ª A 9ª SÉRIE - MATEMÁTICA

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	081	CLAITON LUIZ DE SOUZA PINTO	6,64	6,00	6,80	5,20	0,48	0,48	0,64

## CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	020	KARINE NORNBERG MENDES	5,54	4,00	5,92	4,00	0,64	0,80	0,48
2	027	NAIMO BALESTRIN	5,36	2,50	6,08	4,00	1,12	0,80	0,16
3	032	THIARA GABRIELA CYRINO RAMOS	5,15	4,00	5,44	4,00	0,64	0,48	0,32
NÃO CLAS-SIFI- COU	063	RUDINEI SPINELLO	4,79	2,50	5,36	3,60	0,64	0,80	0,32
NÃO CLAS-SIFI- COU	015	JULIANO CEC-CONELLO	3,84	0,00	4,80	4,00	0,16	0,48	0,16
NÃO CLAS-SIFI- COU	007	DANIELLE CRISTINA BAÚCANALLE	3,58	0,00	4,48	3,20	0,48	0,80	0,00
NÃO CLAS-SIFI- COU	012	DANIELA TINELI	3,26	0,00	4,08	2,80	0,48	0,64	0,16
NÃO CLAS-SIFI- COU	070	LUANA SIGNORI COLOMBO	3,14	0,00	3,92	2,80	0,48	0,48	0,16
FAL-TOU	086	FERNANDA MARQUEZZE MOTT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

OR-DEM	INS-CRICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA PROVA ESCRITA	C.E.	L.P.	C.G.	MAT.
1	080	JULIANA LUZIA DOS PASSOS	7,09	6,00	7,36	5,60	0,64	0,80	0,32

2	068	EVANDRA REGINA MACAGNAN	6,58	6,00	6,72	4,80	0,80	0,64	0,48
3	096	KAREN PADILHA KLOTZ	6,19	6,00	6,24	4,00	0,80	1,12	0,32
4	066	FABIANA PROVIN ZENATTI	5,74	6,00	5,68	4,40	0,64	0,32	0,32
5	062	ROSELI FONTANA OSELAME	5,68	6,00	5,60	4,00	0,64	0,64	0,32
6	088	MARIA LUIZA LUCHESE PIAIA	5,49	2,50	6,24	4,80	0,80	0,32	0,32
NÃO CLAS-SIFI- COU	078	MARINÊS APARECIDA GEMELI TOIGO	4,83	4,00	5,04	3,60	0,48	0,48	0,48

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Aviso de Licitação - PL Nº 048/2011

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 048/2011; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas da Retro Escavadeira VI -Caterpillar 416E, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 06/04/2011 às 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 21 de Março de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Publicação de Licitação PE 031 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2011- FMS

Objeto: aquisição de material permanente, de consumo e material para oficina de artesanato para o caps - Centro de Atenção Psicossocial do Município de Biguaçu

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 04/04/2011, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 23/03/2011, às 14:00h do dia 04/04/2011.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Local para obtenção do edital: no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040 ou no email [compra.saude@bigua.sc.gov.br](mailto:compra.saude@bigua.sc.gov.br).

Biguaçu, 18 de março de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Por Delegação  
Secretário Municipal de Saúde

### **Publicação de Licitação PP 019 FAMABI**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2010-FAMABI

OBJETO: Aquisição de recargas de água mineral, materiais de consumo e limpeza para a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 05/04/2011 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu 18 de Março de 2011.

HENRIQUE AZEVEDO

Superintendente da FAMABI

### **Republicação de Licitação PP 007 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2011 - FMAS

Aos dias 14 de Março de 2011, às 14:00 horas, reuniram-se a Comissão de Licitação, nas dependências da PMB, situada na Praça Nereu Ramos, 90, Centro, Biguaçu - SC, para a realização do referido Processo Licitatório destinado a aquisição de material de consumo (brinquedoteca) para o Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, entretanto nenhuma empresa demonstrou interesse em participar do certame.

Diante do exposto, fica republicado o Pregão Presencial supracitado para o dia 01 de Abril de 2011, às 17:00 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010 8020 e 8048.

Biguaçu 18 de Março de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Regina Evaldt  
Secretária de Administração

### **Revogação de Licitação PP 027 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### **GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 027/2011-PMB**

O Prefeito Municipal de Biguaçu Jose Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 027/2011-PMB, que tem por objeto "contratação de empresa especializada em material gráfico para Polícia Militar", tendo em vista a falta de empresas interessadas em participar do certame.

Biguaçu, 17 de Janeiro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal DE BIGUAÇU

## **Braço do Trombudo**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Edital de Pregão Presencial 1/2011 - FMAS**

EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 1/2011-FMAS- PARA REGISTRO DE PREÇO

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 9:00 horas do dia 04.03.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Gêneros Alimentícios para Cestas Básicas, destinados para distribuição aos usuários da Assistência Social. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179 ou e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br)

Braço do Trombudo, em 21 de março de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 25/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 25/2011

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Água Azul Poços Artesianos Ltda  
CNPJ 03.983.713/0001-00, sito a Rua Abraão Brandalise, 176  
Cidade de Videira - SC

Objeto: Serviços de instalação e aquisição de bomba para bombeamento de água.

Valor Total: R\$ 9.647,37 (nove mil, seiscentos e quarenta e sete mil e trinta e sete centavos)

Vigência até 30.04.2011

Data da assinatura: 21.03.2011

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal



# Caçador

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 4.785

DECRETO nº 4.785 de 16 de março de 2011.

Retifica o art. 1º, do Decreto nº 4.758, de 11 de fevereiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica retificado o art. 1º, do Decreto 4.758 de 11 de fevereiro de 2011, que disciplina a liberação de recursos financeiros das subseções sociais especificadas no orçamento de 2.011 e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A liberação de recursos financeiros, mediante auxílios e subvenções do Município de Caçador a instituições de caráter educativo, cultural, assistencial de saúde, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica, dar-se-á nos limites e possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento de 2011, Lei Municipal nº 2.784, de 22 de dezembro de 2010.” NR

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2011.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Decreto Nº 4.786

DECRETO nº 4.786 de 16 de março de 2011.

Retifica o número da matrícula no Decreto nº 2.996, de 21 de junho de 2.004.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica retificado o número da matrícula no Decreto nº 2.996 de 21 de junho de 2004, que reverte para o Patrimônio Público Municipal, uma área de terreno urbano cedida em comodato doado à Escola Primeiros Passos Ltda, passando de nº 3/19494 para nº 19.860.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2011.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Decreto Nº 4.789

DECRETO nº 4.789, de 18 de março de 2011.

Prorroga o prazo para o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano- IPTU 2011,

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais nos termos da art. 79, inciso VIII, e de conformidade com a Lei nº 54/83- Código Tributário do Município de Caçador,

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano- IPTU 2011, cota única, até o dia 31 de março de 2011, gozando os benefícios da Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de março de 2011.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.248

PORTARIA Nº 20.248, de 28 de fevereiro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal de Educação, os Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, carga horária e escola de lotação, pelo período de 03 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H	EMEB de Lotação
Adalberto Gomes Ribeiro	Professor Educação Física	18	Henrique Júlio Berger
Aldo Marghotti	Professor de 1ª a 4ª	40	Hilda G. de Sousa
Ana Maria M. Bortolon	Professor de 5ª a 8ª	20	Pierina Santin Perret
Angela Maria Stavis	Administradora Escolar	40	Morada do Sol
Claudio Granja	Professor de 5ª a 8ª	24	Henrique J. Berger
Claudia Maurílio	Professo de 1ª a 4ª	40	Alto Bonito
Eliane Bortolini	Secretário Escolar	40	Alto Bonito
Elisandra Giacomet	Secretário Escolar	20	Nossa Senhora Salete
Greci Salete Coelho	Orientadora Escolar	40	Maria Luíza Barbosa
Indianara Castro Valentini	Professor de 1ª a 4ª	40	Maria Luíza Barbosa
Jânio de Azambuja Viana	Professor Educação Física	40	Pe. José Chamot / Alcides Tombini
Josete Maria de Lemos Estrowispy	Professor de 5ª a 8ª	40	Henrique J. Berger
Luiza Samira Flores Alves	Professor de 1ª a 4ª	40	Hilda Grane-mann de Souza / Tabajara
Maria Madionir Barichello	Professor Educação Infantil	20	Pierina Santin Perret

Michelle de Souza Santos	Professor de Educação Infantil	40	CMEI Santa Clara
Noeli Sandra Dallacosta	Professor de 1ª a 4ª	20	Alto Bonito
Odete Rosseto Xavier	Professor de 1ª a 4ª	20	-----
Rosalba Endrigo de Almeida	Professor de 1ª a 4ª	40	Henrique Júlio Berger
Rosely Aparecida Sorgatto	Orientadora Educacional	40	Alcides Tombini
Salette Catarina Liszевич	Supervisora Escolar	40	Ir. Venâncio José
Silvana Alves Ribeiro Bardella	Professor Educação Infantil	20	Nossa Senhora Salette
Simone Alves	Secretária Escolar	20	Esperança
Noeli Dallacosta	Professor de 1ª a 4ª	20	Alto Bonito

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de fevereiro de 2011.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

SCHEILLA MARIA SOARES MARINS  
Secretária de Educação.

### **Aviso de Licitação PR 03-2011 - FUNDEMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 03/2011 - FUNDEMA

TIPO: Menor Preço Por Global

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA SISTEMA DE IRRIGAÇÃO E AUTOMAÇÃO DO PARQUE CENTRAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 16:00 Horas do Dia 05/04/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:05 Horas do Dia 05/04/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, SC, 16 de Março de 2011.

ANDRÉ FRANCISCO CANALLE

Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente

## **Campo Alegre**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Decreto Nº 6.476 de 17 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.476 DE 17 DE MARÇO DE 2011

PERMITE O USO DE BEM PÚBLICO DURANTE A 13ª FESTA ESTADUAL DA OVELHA E DISPOE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fulcro no Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º) Fica permitido o uso do campo de futebol anexo à Praça Maurício Foitte, no Centro do Município de Campo Alegre, pela empresa AEROSHOW HELICÓPTEROS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 11.570.852/0001-30, estabelecida na Rua Mondaí, n. 113, bairro Saguauçu, Joinville/SC, CEP

89.221-370, neste ato representada por seu proprietário PHILLIPE XAVIER E SILVA, brasileiro, solteiro, piloto comercial de helicóptero e administrador de empresas, portador do RG n. 5.216.184-6 SSP/SC, CPF n. 059.308.069-69.

Parágrafo único - A permissão de que trata o presente decreto é conferida de forma precária e por tempo determinado, para a realização de passeios de helicóptero, utilizando o bem público descrito no caput como base de embarque/desembarque de passageiros e decolagem/pouso de aeronave da empresa PERMISSONÁRIA.

Art.2º) A presente permissão dá-se em razão de interesse público municipal relativo ao incentivo de atividades turísticas no Município de Campo Alegre, exclusivamente durante a 13ª Festa Estadual da Ovelha de Campo Alegre, das 08:00hs do dia 19/03/2011 às 20:00hs do 20/03/2011.

Art.3º) Compete a PERMISSONÁRIA as seguintes obrigações:

- I - a manutenção e recuperação total das instalações do bem público utilizado, por sua conta e risco;
- II - a responsabilidade quanto ao vínculo empregatício do pessoal que for por ventura desenvolver suas atividades;
- III - a responsabilidade civil e penal exclusiva perante terceiros, por quaisquer danos provocados em razão de sua atividade, por acidente ou não, ainda que fortuitamente ou por força maior;
- IV - devolução das instalações do bem público em perfeitas condições de uso e limpeza;
- V - utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Permissão;
- VI - providenciar o competente alvará municipal para a atividade pretendida, sob pena de revogação e perda de eficácia da presente permissão;

GABINETE DO PREFEITO

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 17 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JR.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.477 de 21 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.477 DE 21 DE MARÇO DE 2011

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. JUCEMARA DA SILVA, para exercer o cargo de Professor I, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no

Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível P2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.355,77 (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais, setenta e sete centavos) mensais, pelo período de 21 de março de 2011 à 08 de abril de 2011, em substituição a Professora Titular Srª. ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, matrícula nº 000526, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 009/2010, em 28º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.478 de 21 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.478 DE 21 DE MARÇO DE 2011

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. SHEILA SUSY SILVEIRA, para exercer o cargo de Professor - VII - Ciências, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vencimentos Nível P1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 726,28 (setecentos e vinte e seis reais, vinte e oito centavos) mensais, pelo período de 21 de março de 2011 à 20 de dezembro de 2011, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 009/2010, em 2º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.479 de 21 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.479 DE 21 DE MARÇO DE 2011

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. THAMIRES ROBERTA LESNHAK, para exercer o cargo de Professor Auxiliar I, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível PA1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 759,18 (setecentos e cinquenta e nove reais, dezoito centavos) mensais, pelo período de 21 de março de 2011 à 20 de dezembro de 2011, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 009/2010, em 27º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.480 de 21 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.480 DE 21 DE MARÇO DE 2011

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. MICHELE HACKBARTH CARLINI, para exercer o cargo de Professor I, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga



horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível P1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 484,18 (quatrocentos e oitenta e quatro reais, dezoito centavos) mensais, pelo período de 21 de março de 2011 à 20 de dezembro de 2011, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 009/2010, em 40º lugar.

Art.2º) A contratação de que trata o Art. 1º deste Decreto em substituição a Professora Titular Srª. DAGMAR DENISE RIBEIRO PTERIS, matrícula nº 000015, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.480 de 21 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 6.480 DE 21 DE MARÇO DE 2011  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. MICHELE HACKBARTH CARLINI, para exercer o cargo de Professor I, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível P1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 484,18 (quatrocentos e oitenta e quatro reais, dezoito centavos) mensais, pelo período de 21 de março de 2011 à 20 de dezembro de 2011, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 009/2010, em 40º lugar.

Art.2º) A contratação de que trata o Art. 1º deste Decreto em substituição a Professora Titular Srª. DAGMAR DENISE RIBEIRO PTERIS, matrícula nº 000015, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 6.481 de 21 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 6.481 DE 21 DE MARÇO DE 2011  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. MARIA APARECIDA HÜMMELGEN, Professora, matrícula nº 954870, a partir de 21 de março de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.049 de 17 de Março de 2011**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 8.049 DE 17 DE MARÇO DE 2011  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Médica IV - TERESA CRISTINA ALVES DE MATTOS, matrícula nº 000547, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2009 a 01 de abril de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 19 de março de 2011 à 02 de abril de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Campos Novos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Aviso Dispensa Licitação 06/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2011

Processo Licitatório 68/2011 Dispensa 06/2011  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSSITENCIA TECNICA E EXTENÇÃO RURAL IMPLEMENTAL-  
ÇÃO DE PROGRAMAS DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E DE-  
SENVOLVIMENTO RURAL PROFISSIONALIZAÇÃO DE PRODUTO-  
RES ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PLANOS  
AGROPECUARIOS MUNICIPAIS. DE ACORDO COM O ARTIGO 24,  
INCISO X DA LEI 8.666/93.  
Valor R\$ 3.000,00 (tres mill reais) mensais, referente 10 meses do  
ano de 2011.

Campos Novos 21 de março de 2011.  
VILIBALDO ERCH SCHMID  
Prefeito Municipal

#### Pregão Presencial Nº 07/11

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/11

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará  
realizar no dia 05/04/2011 às 15:00 horas, na sala de reuniões  
da Prefeitura Municipal, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço  
por item, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO  
RAMO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPOR-  
TE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SER-  
VIÇOS DE SAÚDE, A SEREM COLETADOS NA FUNDAÇÃO HOSPI-  
TALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, SEMANALMENTE, ESTIMANDO-SE  
A QUANTIDADE MENSAL DE 30 BOMBONAS DE 200 LITROS. O  
Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à dispo-  
sição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou no  
Departamento de compras da Fundação, localizado a Rua Nereu  
Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 horas e das 13:30  
às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 22 de março de 2011.  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio  
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ  
Administradora

## SAMAE

#### EXTCT082011

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO- 08/2011  
PROCESSO 0114/2011

DATA DE ASSINATURA: 14 de Março de 2011.  
OBJETO: Serviços de Acessoria Técnica, para a Implatação do Pro-  
grama de Controle perdas.  
VALOR: R\$ 1.995,00 (hum mil novecentos e noventa e cinco re-  
ais)24 horas, mensais.  
PRAZO: 14 a 31.03.2011

Campos Novos - SC., 14 de março de 2011  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

#### EXTCT092011

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO- 09/2011 - TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO  
AO CONTRATO CNO Nº. 26/2010  
PROCESSO 0573/2010

DATA DE ASSINATURA: 14 de Março de 2011.  
OBJETO: Prestação de Serviços na construção de paredes, pisos e  
reforma geral do barracao de deposito de material da ETA.  
VALOR: R\$ 14.275,23(Quatorze mil duzentos e setenta e cinco  
reais e vinte e tres centavos)

Campos Novos - SC., 14 de Março de 2011.  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

#### EXTCT102011

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO- 10/2011 - TERMO DO SEGUNDO ADITIVO  
CONTRATO CNO- 04/2009  
PROCESSO-0063/2009

DATA DE ASSINATURA: 18 de Março de 2011  
OBJETO:Serviços de Asseosoria e consultoria Juridica na Pratica  
Administrativa.  
CONTRATADA:Laske & Feyh S/S de Advocacia  
VALOR: R\$ 1.448,00 (hum mil quatrocentos e quarenta e oito re-  
ais) mensais  
PRAZO: 18.03. 2011 a 17.03.2012.

Campos Novos - SC., 18 de Março de 2011.  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

## Canoinhas

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Contrato n.º 26/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**CONTRATO N.º 26/2011**

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmidt n.º 10, centro, torna Público o contrato n.º 26/2011:

CONTRATADA: DF Engenharia e Consultoria Ltda (CNPJ 03.567.875/0001-68).

VALOR CONTRATADO: R\$ 217.235,22 (duzentos e dezessete mil duzentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos)

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras relativas a reforma do Galpão de Gastronomia localizado no Parque de Exposições Ouro Verde, com área total de 1586,19 m², com o fornecimento de todo material e mão de obra necessários.

Prazo de execução: 04 (quatro) meses consecutivos.

Data de assinatura: 18 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

**Edital de Pregão Eletrônico n.º 06/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 35/2011

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/04/2011, às 10:00 horas, a abertura das propostas para aquisição de 02 (dois) Compactadores a Percussão - "SAPO" destinados a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

**Capinzal****PREFEITURA MUNICIPAL****Convocação****CONVOCAÇÃO**

A Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Capinzal nos termos da legislação vigente e tendo como base o item 13.3 do Edital de Processo Seletivo 019/2008, convoca a Sra. Gesiane Goulart inscrita sob n.º 096 no Processo Seletivo originado pelo Edital n.º 019 de 25 de novembro de 2008, para o cargo de Enfermeiro - ESF, inscrita no CPF sob n.º 008.665.929-46, para comparecer num prazo máximo de 05(cinco) dias, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Carmelo Zócolli, 155, no município de Capinzal, a fim de assumir vaga para desempenhar as funções do cargo no qual se encontra classificada para contratação. Ressaltamos que o não comparecimento no prazo determinado e caso não cumpra os requisitos necessários para contratação será considerado fato impeditivo a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados conforme item 13.2 do Edital 019/2008.

Nestes termos, firmo a presente convocação para que dela possam surtir e gerar os efeitos jurídicos e legais.

Capinzal - SC, em 17 de março de 2011.

LEANDRO JACO PAZA

Diretor de Recursos Humanos

**Catanduvás****PREFEITURA MUNICIPAL****Edital Nº 003/2011**

EDITAL Nº 003/2011

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS APLICADAS A TODOS OS CONCORRENTES ÀS VAGAS DOS CARGOS DISPONIBILIZADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011.

A empresa SC Assessoria e Consultoria Ltda., especialmente contratada para a operacionalização das fases do Processo Seletivo nº 001/2011, promovido pela Administração Municipal de Catanduvás/SC, destinado ao provimento, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, o RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS, aplicadas a todos os concorrentes regularmente inscritos, em 13 de março de março de 2011, nos termos dos quadros seguintes:

**I - Concorrência Geral:**

Identificação do Cargo	Nº de vagas	
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	09	
Identificação do candidato	Nota da Prova Escrita	
Nome	Nº de Insc.	
Dóris Aparecida Carneiro	002	4,40
Marlene Terezinha Cavalheiro	003	4,20
Osmar dos Santos Nunes	004	3,20
Carmen Marilei Basso	005	3,20
João Luiz Mayer	006	3,60
Joana Begair Pereira	007	3,20
Valmir Luiz Bandeira	008	3,20
Maria Amabile Aparecida Alves	012	4,30
Zelinda do Prado	014	5,00
Odair Lisboa	015	4,55
Sonia Ribeiro	016	3,20
Laudina de Fátima da Silva	017	4,05

Identificação do Cargo	Nº de vagas	
AGENTE DE SAÚDE DE COMBATE Á DENGUE	01	
Identificação do candidato	Nota da Prova Escrita	
Nome	Nº de Insc.	
Roselaine Castro Pereira	001	5,72
Marli Terezinha Anhaya	009	8,24
Maura Cristina Moreira	010	6,48
Cleonice de Oliveira	011	7,76
Sonia Aparecida Knopf Obetz	013	8,08

Identificação do Cargo	Nº de vagas	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 01 - Microárea - 06	01	
Identificação do candidato	Nota da Prova Escrita	
Nome	Nº de Insc.	
Vera Lucia de Lima	018	6,60

**II - Portadores de Necessidades Especiais:**

Não houve inscritos na condição de portador de necessidades especiais.

**III - DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM FACE DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA:**

O Prazo para recorrer do resultado publicado neste Edital é de 3 (três) dias úteis da data de publicação do presente. O mesmo prazo é destinado à decisão dos recursos eventualmente interpostos.

Catanduvas/SC, em 18 de março de 2010.  
SC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.  
Sandra Dell'Osbel

### Edital Nº 004/2011

EDITAL Nº 004/2011

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS PRÁTICAS APLICADAS AOS CONCORRENTES ÀS VAGAS DO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011.

A empresa SC Assessoria e Consultoria Ltda., especialmente contratada para a operacionalização das fases do Processo Seletivo nº 001/2011, promovido pela Administração Municipal de Catanduvas/SC, destinado ao provimento, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, o RESULTADO DAS PROVAS PRÁTICAS, aplicadas aos concorrentes às vagas do cargo de Agente de Serviços Gerais, em 13 de março de março de 2011, nos termos do quadro seguinte:

#### I - Concorrência Geral:

Identificação do Cargo	Nº de vagas	
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	09	
Identificação do candidato	Nota da Prova	
Nome	Nº de Insc.	Escrita
Dóris Aparecida Carneiro	002	2,19
Marlene Terezinha Cavalheiro	003	2,38
Osmar dos Santos Nunes	004	3,34
Carmen Marilei Basso	005	2,26
João Luiz Mayer	006	3,50
Joana Begair Pereira	007	2,69
Valmir Luiz Bandeira	008	3,65
Maria Amabile Aparecida Alves	012	2,26
Zelinda do Prado	014	2,46
Odair Lisboa	015	3,46
Sonia Ribeiro	016	2,77
Laudina de Fátima da Silva	017	2,46

#### II - Portadores de Necessidades Especiais:

Não houve inscritos na condição de portador de necessidades especiais.

#### III - DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS EM FACE DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA:

O Prazo para recorrer do resultado publicado neste Edital é de 3 (três) dias úteis da data de publicação do presente. O mesmo prazo é destinado à decisão dos recursos eventualmente interpostos.

Catanduvas/SC, em 18 de março de 2010.  
SC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.  
Sandra Dell'Osbel

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 208/2011 de 21.03.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 208/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal Nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar Nº 006 de 23/12/99 e Lei Complementar Nº 008 de 23/12/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário JULIE MARA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 05 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Artes, no Centro Educacional Teobaldino Rosa Correia, pelo período de 21.03.2011 a 20.12.2011.

Art.2º A servidora perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente a 95 % (noventa e cinco por cento) do nível I, da tabela de vencimentos dos professores efetivos, conforme art. 9º, parágrafo único da Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de março de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 10/2011, de 17 de Março de 2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 10/2011, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 c/c o disposto no art. 66 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e no Decreto nº 3.668, de 26 de setembro de 1995, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, Adicional por Merecimento, proporcional ao período aquisitivo.

CÓDIGO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	%
4699	Alaor Vendruscolo	Técnico Desportivo	01/07/2010 à 31/12/2010	1,19%



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



4679	Clodimar Antônio Thomé	Técnico Desportivo	01/10/2007 à 03/05/2009	3,76%
3968	Emiliano Ferrari	Técnico Desportivo	05/03/2009 à 31/12/2010	4,32%
3969	Marisete Paz de Oliveira	Técnico Desportivo	05/03/2009 à 31/12/2010	4,32%
3970	Gil Artifon	Técnico Desportivo	05/03/2009 à 31/12/2010	4,32%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Fundação Municipal de Esportes.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

### **Portaria Nº 11/2011, de 17 de Março de 2011**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 11/2011, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, no Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando:

- o Adendo nº 01/2011 ao LTCAT da Fundação Municipal de Esportes;

- o Ofício DSMT 015, de 15 de maio de 2006, emitido pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho;

- a CI DRH 285/2011, de 11 de março de 2011, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora PATRÍCIA PELLIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, a partir de 1º de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

### **Portaria Nº 17/2011, de 18 de Março de 2011**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 17/2011, DE 18 DE MARÇO DE 2011.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 804/2010, de 31 de agosto de 2010, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura - FMC, Adicional por Merecimento, proporcional ao período aquisitivo:

CÓDIGO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	%
3443	Ademir Paulo Klein	Técnico em Iluminação Cênica	03/06/2008 a 31/12/2010	6,10%
3449	Claurice Maura Zolet	Técnico Artístico II	03/06/2008 a 31/12/2010	6,10%
5987	Cleci Bison	Auxiliar Artístico	02/08/2010 a 31/12/2010	0,98%
4114	Ediee Luis Rigotti	Técnico Artístico I	04/07/2009 a 31/12/2010	3,53%
3444	Ediee Luis Rigotti Junior	Técnico Artístico I	03/06/2008 a 31/12/2010	6,10%
3450	Flavia Lucy de Mattos Centofante	Técnico Artístico I	03/06/2008 a 31/12/2010	6,10%
5989	Janete Figueiró Secco	Auxiliar Artístico	11/08/2010 a 31/12/2010	0,92%
3453	Luis Fernando Saldanha Soares	Auxiliar Artístico	03/06/2008 a 31/12/2010	6,10%
3447	Nery Dick	Auxiliar Artístico	03/06/2008 a 31/12/2010	6,10%
5988	Tiago Roberto D'Ávila dos Santos	Técnico Artístico II	02/08/2010 a 31/12/2010	0,98%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

### **Dispensa de Licitação Nº 3/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2011

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para Locação de Imóvel, a favor de ENI LIMBERGER, no valor total de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil, e seiscentos reais).

Concórdia, SC, 21 de março de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Dispensa de Licitação Nº 4/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2011

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso X, artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial ostensiva, a favor da empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Concórdia, SC, 21 de março de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Pregão Presencial Nº 12/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011- PMC

Objeto: Aquisição de tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos industriais conforme especificações constantes no Anexo "C" do Edital..

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 30/03/2011.

Abertura: dia 31/03/2011, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 21 de março de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Pregão Presencial Nº 2/2011 - FMEC**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2011 - FMEC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos do campeonato municipal do interior de futebol amador

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16:00 do dia 05/04/2011.

Abertura: dia 06/04/2011, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 21 de março de 2011.  
Gil Artifon  
Superintendente FMEC

**Cordilheira Alta**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Portaria 148/2011**

PORTARIA Nº 148/2011.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, Art. 34, inciso II da Lei Complementar 18/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica exonerado, à pedido, o Sr. MILTON LUIZ ROMANINI, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta SC, 18 de março de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

**Notificação de Recebimento Recursos Federais 17/03/2011**  
**Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 17/03/2011

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>18.641,75</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	17.898,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	13.398,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	4.998,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	6.400,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	743,75
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	743,75
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	446,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	297,50

**Notificação de Recebimento Recursos Federais 18/03/2011**  
**Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Data do Recebimento: 18/03/2011

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		17.794,14
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	20.477,88
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	23.477,20
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	23.477,20
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	14.086,32
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	5.869,30
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	3.521,58
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.500,68
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.500,68
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	-4.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	-4.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.011,69
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.011,69
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.207,01
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	804,68
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-4.695,43
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-4.695,43
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-4.695,43



## Coronel Martins

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Portaria Nº. 045, de 18 de Março de 2011

PORTARIA Nº. 045, DE 18 DE MARÇO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 21/03/2011 à 19/04/2011.

Nome	Cargo	Referência
Volnei Bottega	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2009 à 31/08/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de março de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

## Curitibanos

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Edital de Pregão Presencial Nº 26/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de um caminhão zero quilometro e uma caçamba basculante conforme as descrições mínimas constantes no anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 04/04/2011, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 04/04/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e

Contratos, sito a Av. Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de março de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Nº 28/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de roçadeiras, emplemento podador especial e peças para manutenção de roçadeiras da Secretaria de Obras e Estradas Vicinais, conforme especificações mínimas constantes do anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/03/2011, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 30/03/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Av. Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de março de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Nº 15/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de pneus novos de fabricação nacional para a Secretaria de Educação, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 05/04/2011, no protocolo da Prefeitura Municipal sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 05/04/2011, será realizada sessão

pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de licitações da Prefeitura de Curitiba sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 15 de março de 2011.  
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT  
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES  
Pregoeiro

**Ermo**

## **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Decreto N.º 019, de 17 de Março de 2011**

DECRETO N.º 019, de 17 de Março de 2011.

Abre crédito suplementar e dá outras providências.

MARCOSD LEONE, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º, inciso II da Lei nº 286/10 de 06/12/2010(Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 3.513,09 (Três mil, quinhentos e treze reais e nove centavos), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0003.0(67) Aplicações Diretas R\$ 3.513,09

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta do Superávit Financeiro do Fundeb referente ao exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de Março de 2011.  
MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretaria de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 20 e 17 de Março 2011.**

DECRETO Nº. 20 e 17 de Março 2011.

Disciplina a Limitação de Empenho e Movimentação Financeira.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 05/05/2000 e Art. 10 da Lei nº 280/2010, de 28 de Setembro de 2010 (LDO para 2011);

CONSIDERANDO, que o comportamento da receita realizada até o 1º bimestre está indicando o comprometimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no anexo de metas fiscais;

CONSIDERANDO, os critérios de limitação de empenho estabelecidos na Lei Municipal nº 280/2010, (LDO para 2011),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam limitados os gastos e investimentos programados, através de bloqueio de dotações, nos valores e especificações abaixo:

05.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (37) Aplicações Diretas R\$ 6.412,42

05.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA ESPORTE E TURISMO

12.361.0026.2.009 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0 (50) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.306.0030.2.012 - Aquisição de Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0 (45) Aplicações Diretas R\$ 5.333,33

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0 (54) Aplicações Diretas R\$ 833,33

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0092.0 (57) Aplicações Diretas R\$ 13.333,33

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0012.1.002 - Pavimentação de vias públicas e passeios públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0 (08) Aplicações Diretas R\$ 12.079,22

15.452.0032.2.016 - Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.0 (12) Aplicações Diretas R\$ 1.649,17

07.01 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 (22) Aplicações Diretas R\$ 353,33

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 (23) Aplicações Diretas R\$ 3.923,24

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.10 (11) Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0043.0 (6) Aplicações Diretas R\$ 1.795,82

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.16(14) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de Março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretaria de Administração e Finanças

## Fraiburgo

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 096/2011

DECRETO Nº. 0096, DE 21 DE MARÇO DE 2011.  
ALTERA A NUMERAÇÃO DO DECRETO N. 093, DE 18 DE MARÇO DE 2011, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS - DOM, EDIÇÃO N. 701, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a numeração do Decreto n. 093, de 18 de março de 2011, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, Edição n. 701, de 21 de março de 2011, passando a vigorar com a numeração 095.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 21 de Março de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Portaria Nº 0938/2011

PORTARIA Nº. 0938, DE 21 DE MARÇO DE 2011.  
DETERMINA AFASTAMENTO PREVENTIVO DE SERVIDOR PÚBLICO.

O Secretário de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Complementar n. 0109/2010; considerando a delegação de competência emanada do Prefeito Municipal, as informações e decisões contidas no Processo Administrativo Disciplinar nº 1361/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o afastamento preventivo da servidora pública Marcia Regina Cardoso, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora Geral de Gestão, das suas funções, pelo prazo de 30(trinta), a partir de 22 de março de 2011, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Fraiburgo, SC, 21 de Março de 2011.  
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

MARIA DE LOURDES THIBES PAULETTI  
Diretora Geral de Gestão

#### Portaria Nº 0939/2011

PORTARIA Nº 0939, DE 21 DE MARÇO DE 2011.  
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0378/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 15 (quinze) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LAURA JOCIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.606.499-48, contratada em caráter temporário, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 22 de março de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0006/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2011 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de instalação de Rede Elétrica e Lógica nos Centros de Educação do município de Fraiburgo de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo, quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, com o valor global de R\$ 89.117,17 (oitenta e nove mil cento e dezessete reais e dezessete centavos).

Fraiburgo (SC), 18 de março de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

#### Tomada de Preço Nº 0002/2011 -SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2011 - SF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de perfuração e instalação de poço tubular profundo, neste município, com profundidade prevista para 150 (cento e cinquenta) metros conforme projetos Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 07/04/2011. Abertura do certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49)3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail:compras@fraiburgo.sc.gov.br.  
Fraiburgo (SC), 21 de março de 2011.

# Garopaba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei N.º 1.511/2011

LEI N.º 1.511, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 300.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 300.000,00  
12361281.014 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Ensino Fundamental 300.000,00  
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 200.000,00  
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), correrão por conta da anulação parcial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 300.000,00  
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 300.000,00  
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 200.000,00  
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Março de 2011.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RONYE PAES  
Secretário de Fazenda

### Decreto N.º 040/2011

DECRETO N.º 040, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 300.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.511 de 21/03/2011 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 300.000,00  
12361281.014 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Ensino Fundamental 300.000,00  
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 200.000,00  
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), correrão por conta da anulação parcial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 300.000,00  
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 300.000,00  
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 200.000,00  
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Março de 2011.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RONYE PAES  
Secretário de Fazenda

### Aviso de Extrato de Terno Aditivo 01.Proc.41/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 14/2010; Processo nº. 41/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato nº 14/2010 por 60 dias, que vigorará até 29/04/2011, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente; Data da Assinatura: 25/02/2011.

# Guaramirim

## PREFEITURA MUNICIPAL

### aviso licitacao 35/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão Presencial - 35/2011  
Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE HORAS MÁQ UINAS DE TRATOR ESTEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA,RETROESCAVADEIRA E AQUISIÇÃO DE BARRO PARA ATERROE MACADAME.

Entrega dos Envelopes: 01/04/2011 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 01/04/2011 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 21/03/2011.  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal



**aviso licitacao 36/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial - Registro de Preço- 36/2011

Tipo : Menor Preço - Por Itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 01/04/2011 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 01/04/2011 às 14:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 21 de Março de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Ata de Registro de Preços 22/2011 P.M.G.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO CONTRATUAL DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Contratada: ASSOCIAÇÃO GUARAMIRENSE DE ÁRBITROS - AGA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM

Valor: R\$ 107.489,95 (cento e sete mil e quatrocentos e oitenta e nove mil e noventa e cinco centavos)

Vigência: INÍCIO: 14/03/2011 TÉRMINO: 14/03/2012

Licitação: Pregão Presencial nº. 22/2011

Assinatura da Ata de Registro de Preços: 14 de março de 2011

Guaramirim-SC, 18 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 08/2011-FMA

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para o abrigo institucional lar das crianças.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 02/2011 - FMA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Supermercado Frontal Ltda - EPP.

Valor do Contrato: R\$11.373,12 (onze mil e trezentos e setenta e três reais e doze centavos).

Vigência: Início: 22/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 21 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 07/2011-FMA

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para o abrigo institucional lar das crianças.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 02/2011 - FMA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Jose Martini Neto.

Valor do Contrato: R\$ 11.988,00 (onze mil e novecentos e oitenta e oito reais)

Vigência: Início: 22/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 21 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 31/2011 - PMG

Objeto: Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos básicos para urbanização da área central do município.

Modalidade de Licitação: Convite n.º 21/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Alleanza Projetos e Consultoria Ltda.

Valor do Contrato: R\$ 122.005,80 (cento e vinte e dois mil e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência: Início: 24/02/2011 Término: 24/08/2011.

Guaramirim-SC, 24 de fevereiro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 05/2011-FMA

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de produtos para cestas básicas e leite em pó, destinados a distribuição gratuita a pessoas carentes no município de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 01/2011 - FMA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Panificadora e Mercearia Helena Ltda - EPP.

Valor do Contrato: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)

Vigência: Início: 09/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 08 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 04/2011-FMA

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de produtos para cestas básicas e leite em pó, destinados a distribuição gratuita a pessoas carentes no município de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 01/2011 - FMA.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.  
Contratada: Francisca Tânia Sousa Alencar Me.  
Valor do Contrato: R\$ 117.200,00 (cento e dezessete mil e duzentos reais)  
Vigência: Início: 09/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 08 de março de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DO CONTRATO  
Nº. 21/2011 - PMG

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de mão de obra de limpeza e roçada, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim.  
Modalidade de Licitação: Tomada de Preços n.º 04/2011.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.  
Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Ladiane.  
Valor do Contrato: R\$ 167.132,00 (cento e sessenta e sete mil reais e cento e trinta e dois reais).  
Vigência: Início: 15/02/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 14 de fevereiro de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DO CONTRATO  
Nº. 02/2011-FMA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de mão de obra de limpeza e roçada, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim.  
Modalidade de Licitação: Tomada de Preços n.º 04/2011.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.  
Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Ladiane.  
Valor do Contrato: R\$ 13.335,00 (treze mil e trezentos e trinta e cinco reais).  
Vigência: Início: 15/02/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 14 de fevereiro de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDAÇÃO CULTURAL  
EXTRATO DO CONTRATO  
Nº. 01/2011

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de mão de obra de limpeza e roçada, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim.  
Modalidade de Licitação: Tomada de Preços n.º 04/2011.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Ladiane.  
Valor do Contrato: R\$ 1.778,00 (hum mil e setecentos e setenta e oito reais).  
Vigência: Início: 15/02/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 14 de fevereiro de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Contrato 180/2010  
Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº. 180/2010.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de engenharia para reforma e adequação do espaço físico da secretaria de desenvolvimento social e biblioteca municipal.  
Modalidade de Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.  
Processo: n.º 115/2010  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.  
Contratada: Construtora Itajuba Ltda.  
Objeto do aditamento: Prorroga o prazo de execução da obra por mais 90 (noventa) dias.

Guaramirim-SC, 14 de fevereiro de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato Ata de Registro de Preço**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Aquisição de plantas, flores ornamentais, mudas de árvores e insumos para o plantio, assim como a contratação do serviço de ajardinamento, para o embelezamento dos canteiros e praças públicas do município.  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 14/2011.  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.  
Fornecedor: Floricultura Santa Terezinha Ltda.  
Valor: R\$ 393.600,00 (trezentos e noventa e três mil e seiscentos reais).  
Vigência: Início: 23/02/2011 Término: 23/02/2012.

Guaramirim-SC, 22 de fevereiro de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

**PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Portaria Nº 350/2011**

PORTARIA Nº 350/2011  
Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora LUCINEIA REGINA MACHADO (Matr. 423), nascida aos 18/03/1975, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/E, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/A, anexo III, a partir de 18 de março de 2011, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Edital de Declaração de Inconstitucionalidade****EDITAL DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE**

O Excelentíssimo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, torna Público que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina declarou INCONSTITUCIONAL o artigo 10, inciso II e § 1º, da Lei Complementar nº 0271/2010, através de sentença prolatada nos autos do processo da AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, cuja lei foi de Autoria do Poder Legislativo deste Município, que insere "o representante do Ministério Público", no Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, informando que referido dispositivo não mais produzirá seus efeitos desde o trânsito em julgado da decisão.

Herval d'Oeste (SC), 17 de março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Imbituba****PREFEITURA MUNICIPAL****Publicação de Extrato de Pregão Presencial nº 45/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 58/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 01 de Abril de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação das intersecções, praças públicas, terminal rodoviário, pavilhão de eventos e prédio da Secretaria de InfraEstrutura. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 22 de março de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial nº44/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 61/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 01 de Abril de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de passe escolar aos alunos de Ensino Fundamental e Médio da rede Estadual de Educação. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 22 de março de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

**Irineópolis****PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato Processo licitatorio 20/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2011

TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2011

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de abril de 2011, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 8.666/93 consolidada, visando a Prestação de serviços de mecânica em veículos pequenos, caminhões, máquinas e equipamentos da frota municipal. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 18 de março de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Itapoá****PREFEITURA MUNICIPAL****Ata de Registro de Preço Nº 14/2011 Transporte de Estudantes Universitários**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2011

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

PROCESSO Nº 22/2011

INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO E EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, ATRAVÉS DE ÔNIBUS RODOVIÁRIOS NO TRAJETO ITAPOÁ/JOINVILLE/ITAPOÁ E ITAPOÁ/GUARATUBA-PR/ITAPOÁ, CONFORME DETERMINAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL.

Aos dezoito dias do mês de março do corrente ano de 2011, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Educação através da Secretária de Educação, a Sra. VALCI TEREZINHA DE SOUZA, portadora do CNPF/MF nº: 493.298.719-68 e CI.RG: 2R.154264-9/SC e pela Secretaria de Administração e Finanças aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Secretário de Administração e Finanças, o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR, portador do CNPF/MF nº: 492.980.979-72 e CI.RG nº 15.128.741-7/SP, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual nº 251.799.786, representada neste ato pelos sócios o Sr. HUGO FRANCISCO HOFFMANN, brasileiro, casado, economista, portador do CNPF/MF sob o nº: 009.943.839-91, e do CI.RG nº94.718-0 - SSP/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, brasileiro, casado, economista, portador do CNPF/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 - SSP/SC, acordam proceder, nos termos nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 10/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 09/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR POR KM RODADO
1	Ônibus rodoviário com no mínimo 46 (quarenta e seis) lugares, com poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de alunos universitários no trajeto Itapoá/Joinville/Itapoá, no período noturno de segunda à sexta-feira, perfazendo uma quilometragem aproximada de 220km diários, via BR 101, com seguro contra terceiros no limite mínimo de R\$ 24.254,88 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) por morte ou invalidez, R\$ 5.396,28 (cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), por despesas médico-hospitalares por passageiro, conforme Resolução nº 05/2004 DETER.	1	2,80

2	Ônibus rodoviário com no mínimo 46 (quarenta e seis) lugares, com poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de alunos universitários no trajeto Itapoá/Joinville/Itapoá, no período noturno de segunda à sexta-feira, perfazendo uma quilometragem aproximada de 240km diários, via BR 101, com seguro contra terceiros no limite mínimo de R\$ 24.254,88 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) por morte ou invalidez, R\$ 5.396,28 (cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), por despesas médico-hospitalares por passageiro, conforme Resolução nº 05/2004 DETER.	2	2,80
3	Ônibus rodoviário com no mínimo 46 (quarenta e seis) lugares, com banheiro e poltronas reclináveis em bom estado de conservação para o transporte de alunos universitários no trajeto Itapoá/Guaratuba-PR/Itapoá, no período noturno de segunda à sexta-feira, perfazendo uma quilometragem aproximada de 120km diários, via BR 412, com seguro contra terceiros no limite mínimo de R\$ 24.254,88 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) por morte ou invalidez, R\$ 5.396,28 (cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), por despesas médico-hospitalares por passageiro, conforme Resolução nº 05/2004 DETER.	1	3,56
TOTAL			9,16

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.1.2 - Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.1.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela



aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 - A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2011.

3.3 - Para o objeto de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

4.3 - As ordens de serviço, contendo as especificações de horários e itinerários, serão feitos nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, pelo Secretário de Administração e Finanças, o Sr. Carlijo Joaquim Custódio Junior portador do portador do CNPF/MF nº: 492.980.979-72 e CI.RG nº 15.128.741-7/SP.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será (ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade fiscal para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 - O pagamento será efetivado conforme recebimento dos serviços executados, mensalmente, mediante recebimento da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 - O pagamento será efetuado até o 10 (décimo) dia após o recebimento dos serviços e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 - Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços de Consumidor.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A entrega do objeto ou prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Em nenhuma hipótese será aceita a sub-contratação total ou parcial dos serviços;

7.4 - A empresa detentora da Ata obriga-se a:

7.4.1 - Consultar o Órgão Gerenciador sobre o horário de início das aulas, organizando suas linhas de forma que os alunos não sejam prejudicados em carga horária;

7.4.2 - Todas as despesas com manutenção da frota, funcionários, encargos tributos que vierem incidir serão de total responsabilidade da Contratada;

7.4.3 - Em caso de quebra de veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do transporte daquele itinerário;

7.4.4 - A Contratada não poderá transportar alunos fora do horário das aulas para qualquer outra atividade;

7.4.5 - Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação vigente ou solicitados pelo Órgão Gerenciador;

7.4.6 - Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação do Órgão Gerenciador, não deva continuar a participar da execução dos serviços;

7.4.7 - Os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho dos serviços devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a empresa da detentora da Ata de Registro de Preço, substituir aqueles que não atenderem estas exigências;

7.4.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na prestação dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, além de ficar sob integral responsabilidade da Contratada, a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços;

7.4.9 - Responder por qualquer acidente de trabalho na prestação de serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;

7.4.10 - Reparar as suas custas, qualquer irregularidade, defeito, ou divergência em relação à execução da prestação dos serviços;

7.4.11 - Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste edital, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

7.4.12 - Promover a organização técnica e administrativa da prestação dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente,

de acordo com os documentos e especificações que integram o Edital e seus anexos, no prazo determinado;

7.4.13 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da prestação de serviço, no prazo assinalado pelo Município;

7.4.14 - Prestar todo o esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços;

7.4.15 - Paralisar por determinação do Município, qualquer trabalho que não esteja sendo desenvolvido de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

7.4.16 - Arcar com os custos de combustível e manutenção do equipamentos que porventura necessite utilizar;

7.4.17 - A Contratada deverá, obrigatoriamente, disponibilizar, no mínimo, a quantidade de veículos constante no Termo de Referência, por linha.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I - Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II - Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originária mente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato - instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO

12.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Secretaria de Administração e Finanças, através do fiscal desta, o Sr. Carlito Joaquim Custódio Junior, portador do CNPF/MF nº: 492.980.979-72 e CI.RG nº 15.128.741-7/SP, ou servidor capacitado no ato designado.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 18 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Município de Itapoá

Prefeito Municipal

EMPRESA: TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA

HUGO FRANCISCO HOFFMANN

VILMAR HARGER

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR

Município de Itapoá

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

VALCI TEREZINHA DE SOUZA

Município de Itapoá

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS:

NOME:

CNPF/MF:

NOME:

CNPF/MF:

# Ata do Pregão Presencial Nº 000011/ 2011, Almoco dos Professores

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 000011/ 2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0000000024/2011 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANÇES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 21/03/2011, a partir das 09:30 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelas Portarias nº, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 000011/2011, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA PREPARAÇÃO DO ALMOÇO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICACOES ANEXO V DO EDITAL., com critério de julgamento de menor preço . No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MAYER E HORNING LTDA	00.491.815/0001-10
TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA ME	09.352.693/0001-56

Aptas a participarem da próxima fase do certame. A senhora Pregoeira Sra: FERNANDA CRISTINA ROSA que informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura dos envelopes de proposta de preços. As propostas foram submetidas à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo I do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pelas licitantes. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL

GABRIELA DE MELO BARBERO

Emitiu seu juízo classificando as propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, ficam as licitantes vencedoras responsáveis por entregarem produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os representantes credenciados:

Representantes (Credenciados)

IVAN MAYER HORNING

DEBRANDINO CRUZ

Tiveram a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos., da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	MAYER E HORNING LTDA	1,4900	0,0000
2	MAYER E HORNING LTDA	1,9900	0,0000
3	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	10,4200	10,3000
4	MAYER E HORNING LTDA	1,9900	0,0000
5	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	2,6900	0,0000
6	MAYER E HORNING LTDA	2,5000	0,0000
7	MAYER E HORNING LTDA	5,3900	0,0000





8	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	15,5500	15,0000
9	MAYER E HORNING LTDA	8,9900	0,0000
10	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	12,8500	12,5000
11	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	12,0000	11,8000
12	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	4,5200	4,2500
13	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	16,2500	16,2000
14	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	2,1100	2,0500
15	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	18,7000	17,2000
16	MAYER E HORNING LTDA	1,2900	1,2500
17	MAYER E HORNING LTDA	1,9900	0,0000
18	MAYER E HORNING LTDA	1,9900	1,9500
19	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	12,5500	0,0000
20	MAYER E HORNING LTDA	5,3900	0,0000
21	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	11,4200	11,3000
22	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	4,1700	0,0000
23	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	4,1700	0,0000
24	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	10,4400	9,1000
25	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	15,9900	0,0000
26	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	15,8500	0,0000
27	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	15,8500	0,0000
28	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	16,3000	15,8500
29	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	12,0700	0,0000
30	MAYER E HORNING LTDA	1,9900	0,0000
31	MAYER E HORNING LTDA	8,3900	8,3000
32	MAYER E HORNING LTDA	2,9900	2,9500
33	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	14,2500	0,0000
34	MAYER E HORNING LTDA	2,9000	0,0000
35	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	10,6000	10,5000
36	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	9,2100	0,0000
37	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	20,2000	19,9000
38	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	11,2000	0,0000
39	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	19,5000	19,0000
40	MAYER E HORNING LTDA	4,6500	0,0000
41	MAYER E HORNING LTDA	6,3500	0,0000
42	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	9,9500	0,0000
43	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	21,6000	16,5500
44	MAYER E HORNING LTDA	6,2700	6,2500
45	MAYER E HORNING LTDA	6,3500	0,0000
46	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	8,6000	8,4000

47	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	3,5000	0,0000
48	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	2,5000	0,0000
49	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	2,4500	2,2000
50	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	3,9000	0,0000
51	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	2,5000	0,0000
52	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	4,2400	3,4000
53	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	2,1000	2,0000
54	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	12,2000	11,4000
55	MAYER E HORNING LTDA	2,1000	2,0000
56	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	29,0000	27,4000
57	MAYER E HORNING LTDA	3,4900	3,4500
58	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	14,6400	0,0000
59	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	14,1400	14,0000
60	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	17,1300	16,9000
61	MAYER E HORNING LTDA	2,9900	0,0000
62	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	4,7000	4,5000
63	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	4,7500	4,5000
64	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	4,7600	4,5000
65	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	5,3300	5,3000
66	MAYER E HORNING LTDA	4,4900	4,4500
67	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	14,6000	13,5000
68	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	6,5700	0,0000
69	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	16,5500	0,0000
70	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	14,7800	12,4000
71	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	16,1300	16,0000
72	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	13,4200	0,0000
73	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	54,0000	47,0000
74	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	3,8200	3,8000
75	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	17,2500	17,2000
76	MAYER E HORNING LTDA	3,2000	0,0000
77	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	10,8400	10,3000
78	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	9,4200	0,0000
79	MAYER E HORNING LTDA	2,4900	2,4500
80	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	14,3500	14,3000
81	TC COMERCIO DE GENROS ALIMEN- TICIOS LTDA	12,0000	0,0000
82	MAYER E HORNING LTDA	6,9500	0,0000
83	MAYER E HORNING LTDA	3,9900	0,0000

84	MAYER E HORNING LTDA	6,9500	0,0000
85	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	4,1500	4,0000
86	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	18,9400	18,9000
87	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	32,0000	30,0000
88	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	2,7400	2,7000
89	MAYER E HORNING LTDA	1,7500	1,7000
90	MAYER E HORNING LTDA	2,4900	0,0000
91	MAYER E HORNING LTDA	6,4200	6,4000
92	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	2,5700	2,0000
93	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	1,5000	1,0000
94	MAYER E HORNING LTDA	3,4000	0,0000
95	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	3,4700	3,4000
96	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	9,8500	0,0000
97	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	8,2000	0,0000
98	MAYER E HORNING LTDA	3,1500	3,1000
99	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	6,3200	5,9000
100	MAYER E HORNING LTDA	4,4900	4,4500
101	TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	1,3500	1,2000

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se as empresas vencedoras citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
MAYER E HORNING LTDA	29.592,1000
TC COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	128.456,3500

Em seguida, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que as referidas empresas atendem as exigências editalícias, sendo habilitadas para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitadas às empresas ofertantes dos menores preços, a Senhora Pregoeira declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que as empresas vencedoras deverão cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme item 15 do edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - As propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; b) - As empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 21/03/2011.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
GABRIELA DE MELO BARBERO

### **onvite Nº 03/2011 - Processo Nº 13/2011 academias ao ar livre**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que o CONVITE nº 03/2011 - PROCESSO Nº 13/2011, para a Aquisição de equipamentos de academias ao ar livre da Saúde, conforme especificações do Anexo I do Edital, fica no presente ato anulado, para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, conforme decisão circunstanciada inserta no processo licitatório.

Itapoá, 21 de março de 2011.  
ERVINO SPERANDIO  
Município de Itapoá  
Prefeito Municipal

### **Termo Aditivo N.º 06/2011 luminárias**

TERMO ADITIVO N.º 06/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 77/2010. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos o Sr. ELOI ROBERTO E MENDES, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, de outro lado a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP com sede à Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 55, Bairro Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.110-055 inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.008.659/0001-69 e Inscrição Estadual n.º 255.464.754, representada neste ato pelo sócio administrador o Sr. NILTON CEZAR CORDEIRO portador do CNPF/MF nº 974.324409-30 e do CI.RG nº 2.816.614-0 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada para a aquisição e instalação de 200 luminárias e deslocamento de 30 postes na área urbana municipal, conforme especificações constantes no anexo I deste edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE N.º 17/2010 - PROCESSO Nº 72/2010, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O valor do presente aditivo será de R\$ 19.855,07 (dezenove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos) que corresponde a 23,74383535 % do valor contratual.

Restando alterada a Cláusula Quinta (Do Preço) do contrato nº 77/2010, passando o preço total da contratação ao montante de R\$ 103.477,07 (cento e três mil quatrocentos e setenta e sete reais e sete centavos) para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente termo acresce-se ao objeto da licitação serviços adicionais em caráter de complementação, conforme a seguir:



**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO**

Altera a clausula quarta do contrato administrativo passando a prorrogar o prazo de execução e vigência contratual por mais 30 (trinta) dias a contar da data de 01/03/2011.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 77/2010, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 77/2010, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 17 de fevereiro de 2011.

Contratante  
Município de Itapoá  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

Contratante  
ELOI ROBERTO MENDES  
SECRETÁRIO DE OBRAS E  
SERVIÇOS PÚBLICOS

Contratada  
ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP  
NILTON CEZAR CORDEIRO

Testemunhas:  
NOME :  
CNPJ/MF:

NOME:  
CNPJ/MF:

**Joaçaba**

**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato Homolog PL 22/2011 PP 07**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 22/2011/PMJ,  
- Modalidade: PP 7/2011/PMJ.

Objeto: a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do Município de Joaçaba.

- Empresas Vencedoras:  
TECHNUM CONSULTORIA SS

Valor : R\$ 59.800,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de março de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Extrato PP 11/2011/PMJ - PL 30/2011/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2011/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011/PMJ

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais durante o exercício financeiro de 2011. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 02/03/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 18/03/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 18 de março de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Extrato Contrato 787/2011 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 787/2011/PMJ  
PROVENIENTE DO PL 22/2011/PMJ - PP 07

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: TECHNUM CONSULTORIA SS

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria para a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do Município de Joaçaba.

VALOR: R\$ 59.800,00

DATA DE ASSINATURA: 17/03/2011.

VIGÊNCIA: DE 06 meses, contados do recebimento, pela contratada, da ordem de serviço inicial, podendo ser prorrogado, observando-se o disposto na lei 8.666/93.

**Notificação de Fiscalização Tributária**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Os Fiscais de Tributos do Município de Joaçaba, abaixo identificados, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos §§ 2º e 3º do artigo 215 da Lei Complementar nº 31/97 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo arrolados do lançamento da TLLF (taxa de licença para localização e fiscalização de funcionamento), com vencimento em 22/04/2011, os quais deverão comparecer ao Setor de Fiscalização Tributária, para regularizar sua situação.

Nome	CMC	Notificação nº
E. Caron Macagnan & Cia Ltda.	87972	128/2010
Cime Art Artefatos de Cimento Ltda.	65226	223/2011
Contato Consultório de Psic. e Consult. Empr.Ltda	87811	163/2011
Guilherme Alexandre Gobbi ME	88765	253/2011
Brasil Telecom S/A	1279	205/2011
Galileu Sistema de Ensino Ltda.	87900	246/2011

Considera-se feita a notificação, 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba, 17 de março de 2010.  
TATIANE MARATEU BORGES  
Fiscal de Tributos Municipais  
Matrícula 7.274

ANDREIA L. ANTUNES DE SOUZA LOVATEL  
Fiscal de Tributos Municipais  
Matrícula 7.292

**Lages**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Ato de Autorização de Celebração de Termo de Auxílio Financeiro**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES - ESTADO DE SANTA CATARINA  
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AUXÍLIO FINANCEIRO

Autorizo a celebração de Termo de Auxílio Financeiro com as entidades abaixo relacionadas para pagamento das despesas de funcionamento e manutenção das atividades com Programas Pro Jovem Adolescente, Asilamento, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, Abrigo, Peti, Pessoa Portadora de Deficiência, ano base 2011/2012, com fundamento na Lei Este termo de convênio está fundamentado na Lei Municipal Complementar n.º 054 de 26.02.97 e Lei Municipal Complementar n.º 060 de 23.06.97.

Entidade	Valor R\$
SOCIEDADE LAGEANA DE ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS - SLAN	2.160,00
ASSOCIAÇÃO LAGEANA DA TERCEIRA IDADE	51.876,00
SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	36.336,00
CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES	36.336,00
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO MENINO DEUS	14.016,00
SOCIEDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE APOIO AOS DESAMPARADOS DE LAGES - SASEADLA	13.488,00
SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	84.000,00
SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	101.736,00
SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	52.800,0
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS	7.296,00
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	43.783,20
CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES	28.950,00
SOCIEDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE APOIO AOS DESAMPARADOS DE LAGES - SASEADLA	10.760,00
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DO MENINO DEUS	111.170,00

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de março de 2011.  
MARLI BARRENTIN NACIF  
Sec. Municipal de Assistência Social

**RATIFICAÇÃO ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AUXÍLIO FINANCEIRO**

Ratifico o ato acima, de autoria de MARLI BARRENTIN NACIF, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Lages, 17 de março de 2011.  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito do Município de Lages

**Lauro Muller**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Lei nº 1.676/2010**

LEI Nº 1.676/2011 DE 22 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre revisão geral e reajuste salarial aos Servidores Públicos Municipais dos Quadros de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, da Autarquia Hospital Municipal Henrique Lage e da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder revisão anual de 6,36% (seis vírgula trinta e seis por cento), conforme o INPC (índice nacional de preços ao consumidor) do período de março/2010 a fevereiro/2011, sobre o salário de todos os servidores municipais permanentes e comissionados, dos Quadros de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, da Autarquia Hospital Municipal Henrique Lage, da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller e da Câmara de Vereadores. Concede neste mesmo ato a título de reajuste salarial, 1,64% (um vírgula sessenta e quatro por cento) a todos os servidores municipais de carreira dos Quadros de Pessoal Permanentes da Prefeitura Municipal, da Autarquia Hospital Henrique Lage, da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller e do quadro de servidores da Câmara de Vereadores.

Parágrafo I - Os percentuais de que trata esta lei, serão incidentes sobre os vencimentos do mês de fevereiro de 2011 e repassados a partir de março de 2011.

Art. 2º - Fica incluído na reposição salarial de 6,36% (seis vírgula trinta e seis por cento), conforme o INPC (índice nacional de preços ao consumidor), os cargos eletivos e equiparados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 22 de Março de 2011.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**Lei nº 1.677/2011**

LEI Nº 1.677/2011 DE 22 DE MARÇO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a vender pela melhor oferta 01 (uma) Retroescavadeira e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a vender, pela melhor oferta, 01 (uma) Retroescavadeira no estado de uso e conservação que se encontra.

Parágrafo Primeiro - O veículo a ser vendido está relacionado no Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo Segundo - O valor mínimo do veículo descrito no Anexo Único desta Lei está devidamente avaliado pela Comissão Municipal Permanente para Avaliação dos Valores Mínimos do Patrimônio Municipal.

Art. 2º - O valor arrecadado com a venda do veículo relacionado no Anexo Único desta Lei será destinado para aquisição de veículo similar.

Art. 3º - Os termos da Licitação serão anunciados em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 22 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

**ANEXO ÚNICO**

Veículo da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, a ser vendido pela melhor oferta a partir do seguinte Valor:

Veículo: Retroescavadeira;

Motor: 46100068;

Modelo/Marca: Retroescavadeira 580L 4x4 / Case;

Ano de fabricação/Modelo: 2002;

Chassi: JHF00048291;

Valor Mínimo para venda: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)

Lauro Müller, 22 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

**Lei nº 1.678/2011**

LEI Nº 1.678/2010 DE 22 DE MARÇO DE 2011.

Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte

de cães e gatos no Município de Lauro Müller.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É livre a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos de qualquer raça ou sem raça definida no Município de Lauro Müller, desde que obedecida a legislação municipal, estadual e federal vigentes.

**DO REGISTRO DE ANIMAIS**

Art. 2º - Todos os cães e gatos, pertencentes a proprietários residentes no Município, deverão obrigatoriamente, ser registrados na Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo 1º - O registro previsto no caput deste artigo deverá ocorrer obrigatoriamente no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação da presente lei.

Parágrafo 2º - Os proprietários de cães e gatos, após o nascimento dos mesmos, além do registro previsto no "caput" deste artigo, deverão também obrigatoriamente vacinar os animais contra a raiva.

Parágrafo 3º - Após o prazo estipulado no parágrafo 1º deste artigo, proprietários de animais não registrados estarão sujeitos as seguintes sanções:

I - intimação emitida por agente sanitário do órgão municipal responsável para que proceda ao registro de todos os animais no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

II - vencido o prazo, multa de 4% (quatro por cento) sobre o salário mínimo vigente, por animal não registrado.

Art. 3º - Para o registro de cães e gatos, serão necessários os seguintes documentos e informações para o sistema de identificação da Secretaria Municipal de Agricultura:

Parágrafo 1º - Formulário timbrado para registro (em duas vias), fornecido pela Secretaria de Agricultura, onde se fará constar:

I - do animal: o número da RGA, data do registro, nome, sexo, raça, cor, idade real ou presumida;

II - do proprietário: - o nome, RG, CPF, endereço completo e telefone;

III - Deverá ser fornecida também pelo proprietário do animal, a data da aplicação da última vacinação obrigatória, o nome do veterinário responsável pela vacinação e respectivo registro do profissional no "CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária)", além, da assinatura do proprietário.

Parágrafo 2º - Entende-se pela sigla RGA, o "Registro Geral do Animal", que é único e deverá ser feito para cada animal residente no município, sendo representado por uma carteira de identificação com o timbre municipal, também fornecida pela Secretaria Municipal de Agricultura, onde constarão as seguintes informações e características:

I - do animal: o nome, sexo, raça, cor e idade real ou presumida;

II - do proprietário: o nome, RG e CPF, endereço completo e telefone;

III - Na carteira de identificação, deverá constar a data da expedição do documento;

Parágrafo 3º - O proprietário do animal deverá providenciar uma "plaqueta", onde conste para a identificação do mesmo, o seu nome e respectivo número do RGA. Esta "plaqueta" deverá ser fixada, obrigatoriamente junto à coleira do animal.

Parágrafo 4º - O custo com a "plaqueta" de identificação do animal é de responsabilidade única e exclusiva do proprietário do mesmo.

Parágrafo 5º - O proprietário do animal que não possuir condições financeiras para arcar com o custo da "plaqueta" de identificação do animal, deverá declarar o fato no ato do registro do animal, neste caso, uma vez comprovado a falta de recursos financeiros pela Secretária de Agricultura, o secretário municipal da respectiva secretaria, poderá autorizar a doação da "plaqueta" de identificação do animal, sem custos ao proprietário.

Art. 4º - A carteira de identificação (RGA) deverá ficar na posse do

proprietário do animal residente no Município.

Art. 5º - Uma das vias do formulário timbrado destinado ao registro do animal deverá ficar arquivada no local onde o registro foi realizado, a outra deverá ficar com o proprietário do animal.

Art. 6º - Para proceder ao registro, o proprietário deverá levar seu animal à Secretaria Municipal de Agricultura, apresentando a carteira ou o comprovante de "vacinação" devidamente atualizado, ou providenciar a vacinação no ato do registro.

Parágrafo 1º. - O custo com a vacinação do animal é de responsabilidade única e exclusiva do proprietário do mesmo.

Parágrafo 2º. - O proprietário do animal que não possuir condições financeiras para arcar com o custo da vacina, deverá declarar o fato no ato do registro do animal, neste caso, uma vez comprovado a falta de recursos financeiros pela Secretaria de Agricultura, o secretário municipal da respectiva secretaria, poderá autorizar a vacinação pelo veterinário municipal, sem custos ao proprietário.

Art. 7º - Quando houver transferência de posse de um animal, o novo proprietário deverá comparecer à Secretaria Municipal de Agricultura para comunicar o fato.

Parágrafo único - Enquanto não for realizada a atualização do cadastro a que se refere o "caput" desse artigo, o proprietário anterior permanecerá como responsável pelo animal, com as responsabilidades desta lei impostas para aquele proprietário que assinou o RGA.

Art. 8º - No caso de perda ou extravio da plaqueta de identificação ou da carteira de RGA, o proprietário deverá solicitar diretamente à Secretaria Municipal de Agricultura a respectiva segunda via.

Parágrafo Único - O pedido de segunda via será feito em formulário padrão deste órgão e uma via deverá ficar de posse do proprietário do animal, servindo como documento de identificação pelo prazo de 60 dias até a emissão da segunda via da plaqueta e/ou carteira, cujos gastos ficarão sob responsabilidade do proprietário do animal.

Art. 9º - Em caso de óbito de animal registrado, cabe ao proprietário comunicar o ocorrido à Secretaria Municipal de Agricultura, solicitando a baixa do RGA.

#### DA VACINAÇÃO

Art. 10 - Todo proprietário de animal é obrigado a vacinar seu cão e/ou gato contra a raiva, observando para a revacinação o período recomendado pelo laboratório e/ou profissional responsável pela vacina utilizada.

Art. 11 - Na carteira de identificação do animal, deverá ter um espaço destinado às anotações pertinentes a vacinação. Neste espaço deverão constar obrigatoriamente as seguintes informações:

- Identificação do proprietário: Nome, RG, CPF e endereço completo;
- Identificação do animal: Nome, espécie, raça, pelagem, sexo, data de nascimento ou idade presumida;
- Dados das vacinas aplicadas: Nome, número da partida, fabricante, datas da fabricação e validade;
- Dados da vacinação: Datas de aplicação e revacinação;
- Identificação do responsável técnico pela vacina: Nome completo, número de inscrição no órgão profissional e a assinatura do mesmo.

f) Número do RGA do animal, quando este já existir.

Parágrafo único - No momento da vacinação, os proprietários cujos animais ainda não tenham sido registrados, deverão ser orientados a procederem o devido registro.

#### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 12 - Todo animal, ao ser conduzido em vias e logradouros públicos, deve obrigatoriamente usar coleira e guia, adequadas ao seu tamanho e porte, e portar plaqueta de identificação devidamente posicionada na coleira, bem como ser conduzido por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

Parágrafo Único - Em caso do não cumprimento do disposto no "caput" desse artigo, caberá ao proprietário do animal, multa de

20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente, que será aplicada por Agente Sanitário.

Art. 13 - O condutor de um animal fica obrigado a recolher os dejetos fecais eliminados pelo mesmo em vias e logradouros públicos.

Parágrafo Único - Em caso de não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, caberá ao proprietário do animal, multa de 2% (dois por cento) sobre o salário mínimo vigente.

Art. 14 - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção de cães e gatos em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar.

Parágrafo 1º - Os animais devem ser alojados em locais onde fiquem impedidos de fugirem e assim atacar pessoas, outros animais e/ou causarem danos materiais a terceiros.

Parágrafo 2º - Em qualquer imóvel onde permanecer animal bravo, deverá ser afixada placa comunicando o fato, com tamanho compatível à leitura à distância e em local visível ao público.

Parágrafo 3º - Constatado por agente sanitário do órgão municipal responsável o descumprimento do disposto no "caput" deste artigo ou em seus parágrafos 1º e 2º caberá ao proprietário do animal ou animais:

I - intimação para a regularização da situação em 30 (trinta) dias;

II - persistindo a irregularidade, multa de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente;

III - nos casos de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 15 - Todo proprietário que cria cães e gatos com finalidade comercial (para venda ou aluguel de animais) caracteriza a existência de um criadouro, independente do total de animais existentes, ficando obrigado a licenciar seu canil ou gatil na FAM - Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller e solicitar a respectiva licença, além de submeter seu comércio a todas as outras exigências impostas por normas legais municipais, estaduais e federais.

Parágrafo 1º - A FAM - Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller estabelecerá todas as exigências a serem cumpridas pelo proprietário de um canil ou gatil comercial visando à obtenção da licença de que trata o "caput" desse artigo. Esta licença deverá ser renovada anualmente.

Parágrafo 2º - Constatado por agente sanitário do órgão municipal responsável o descumprimento do disposto no "caput" deste artigo ou em seus parágrafos, caberá ao proprietário do animal ou animais:

I - intimação para que providencie a licença ou a respectiva renovação no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

II - findo o prazo, aplicação das multas conforme abaixo especificadas:

a) multa de 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente caso ainda não exista licença;

b) multa de 20 % (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente caso a licença continue vencida.

III - nos casos de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 16 - Todo canil ou gatil comercial localizado no Município deverá possuir veterinário responsável pelos animais, sob pena de multa de 01 (um) salário mínimo.

Parágrafo Único - Nos casos de reincidência da falta prevista no "caput" deste artigo, a multa será aplicada em dobro.

Art. 17 - É proibida a permanência de animais soltos, bem como toda e qualquer prática de adestramento em vias e logradouros públicos.

Parágrafo 1º - Nos casos de descumprimento da falta prevista no "caput" deste artigo, serão tomadas as seguintes medidas com relação ao infrator:

I - intimação para cientificar da falta cometida e as providências a serem adotadas;

II - persistindo a irregularidade, multa de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente;

III - Nos casos de reincidência da falta prevista no "caput" deste artigo, a multa prevista no inciso II, será aplicada em dobro.

Art. 18 - Em estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, a proibição ou liberação da entrada de animais fica a critério dos



proprietários ou gerentes dos locais, obedecidas as leis e normas de higiene e saúde.

Parágrafo 1º - Os cães guias para deficientes visuais devem ter livre acesso a qualquer estabelecimento, bem como aos meios de transporte público coletivo.

Parágrafo 2º - O deficiente visual deve portar sempre documento (original ou cópia autenticada) fornecido por entidade especializada no adestramento de cães condutores, habilitando o animal e seu usuário.

Art. 19 - É expressamente proibido soltar ou abandonar animais em vias e logradouros públicos e privados.

Parágrafo 1º - Nos casos de descumprimento da falta prevista no "caput" deste artigo, serão tomadas as seguintes medidas com relação ao infrator:

I - intimação cientificando da falta cometida e determinando ao infrator que resgate o animal novamente;

II - persistindo a irregularidade, multa de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente;

III - Nos casos de reincidência da falta prevista no "caput" deste artigo, a multa prevista no inciso II, será aplicada em dobro.

Art. 20 - Os eventos onde sejam comercializados cães e gatos deverão receber autorização da Secretaria Municipal de Agricultura antes de iniciarem suas atividades.

Parágrafo 1º - Nos casos de descumprimento do previsto no "caput" deste artigo, serão tomadas as seguintes medidas com relação ao infrator:

I - intimação para regularização imediata da falta cometida;

II - persistindo a irregularidade, multa de 1 (um) salário mínimo vigente;

III - Nos casos de reincidência da falta prevista no "caput" deste artigo, a multa prevista no inciso II, será aplicada em dobro.

#### DA APREENSÃO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 21 - Será apreendido todo e qualquer cão ou gato encontrado solto em vias e logradouros públicos.

Parágrafo 1º - Se um cão apreendido estiver devidamente registrado e identificado com sua plaqueta, conforme o previsto na presente lei, o proprietário será chamado ou notificado para retirá-lo no prazo de cinco dias, excetuando-se o dia da apreensão.

Parágrafo 2º - Cães não identificados deverão ser mantidos no órgão municipal responsável e encaminhados para adoção.

Parágrafo 3º - Todos os animais apreendidos deverão ser mantidos em recintos higienizados, com proteção contra intempéries naturais, alimentação adequada e separados por sexo e espécie.

Parágrafo 4º - Os animais não resgatados serão destinados à adoção por particulares ou pelas entidades protetoras de animais.

Parágrafo 5º - No caso de animais portadores de doenças e/ou ferimentos considerados graves, e/ou clinicamente comprometidos, caberá ao médico veterinário da Secretaria Municipal de Agricultura, após avaliação e emissão de parecer técnico, decidir o seu destino.

Art. 22 - Quando um animal não identificado for reclamado por um suposto proprietário, a Secretaria Municipal de Agricultura exigirá a apresentação do RGA visando à comprovação da posse.

Parágrafo 1º - Caso o cão ou gato apreendido nunca tenha sido registrado, o proprietário deverá proceder ao registro do animal no próprio órgão municipal responsável, no ato do resgate.

Art. 23 - Para o resgate de qualquer animal recolhido pelo Poder Público, será cobrada do proprietário, além dos devidos registros previstos nesta lei, também uma multa de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente à época.

Parágrafo Único - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 24 - São considerados maus-tratos contra cães e/ou gatos:

a) submetê-los a qualquer prática que cause ferimentos, golpes, sofrimento ou morte;

b) mantê-los sem abrigo; em lugares impróprios ou que lhes impeçam movimentação e/ou descanso; ou ainda onde fiquem privados de ar fresco ou luz solar; bem como alimentação adequada e

água; assim como deixar de ministrar-lhes assistência veterinária por profissional habilitado, quando necessário;

c) obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, ou castigá-los, ainda que para aprendizagem e/ou adestramento;

d) criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos exíguos ou impróprios, bem como transportá-los em veículos ou gaiolas inadequados ao seu bem-estar;

e) utilizá-los em rituais religiosos, e em lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

f) deixar de socorrê-los no caso de atropelamentos e/ou acidentes domésticos;

g) provocar-lhes a morte por envenenamento;

h) abatê-los para consumo;

i) sacrificá-los com métodos não humanitários;

j) soltá-los ou abandoná-los em vias ou logradouros públicos.

Parágrafo único - A critério do agente sanitário do órgão municipal responsável, outras práticas poderão ser definidas com maus-tratos, mediante laudo técnico.

Art. 25 - Quando um agente sanitário do órgão municipal responsável verificar a prática de maus-tratos contra cães ou gatos, dependendo da prática, à critério do agente, deverá orientar o proprietário ou preposto para sanar as irregularidades e aplicar-lhes a multa quando prevista nesta lei.

Parágrafo 1º - Nos casos em que as irregularidades constatadas, previstas no Artigo 24 desta lei, não forem possíveis de serem sanadas administrativamente, nem houver previsão expressa de multa, o Poder Público Municipal por meio da Vigilância Sanitária, comunicará por escrito a irregularidade insanável e o suposto autor da mesma ao Promotor de Justiça do Ministério Público da Comarca de Lauro Müller/SC, para as providências legais cabíveis ao caso em questão.

Parágrafo 2º - Nos casos em que as irregularidades constatadas, previstas no Artigo 24 desta lei, forem possíveis de serem sanadas administrativamente, o proprietário do animal ficará sujeito as multas previstas neste dispositivo legal.

Art. 26 - Todo proprietário ou responsável pela guarda de um animal é obrigado a permitir o acesso do agente sanitário, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as determinações emanadas.

Parágrafo Único - O desrespeito ou desacato ao agente sanitário, ou ainda, a obstaculização ao exercício de suas funções, sujeitam o infrator a multa de 01 (um) salário mínimo vigente à época da infração, dobrando nos casos de reincidência, além da, comunicação do fato ao Promotor de Justiça do Ministério Público da Comarca de Lauro Müller/SC, para as providências legais cabíveis.

#### DA EDUCAÇÃO PARA A PROPRIEDADE RESPONSÁVEL

Art. 27 - A Secretaria Municipal de Agricultura promoverá sempre que possível, programa de educação continuada de conscientização da população, a respeito da propriedade responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais e governamentais, universidades, empresas públicas e/ou privadas (nacionais ou internacionais) e entidade de classe ligadas aos médicos veterinários.

Parágrafo Único - Este programa deverá atingir a maior publicidade possível nos meios de comunicação do município, além de contar com material educativo impresso.

Art. 28 - A Secretaria Municipal de Agricultura promoverá sempre que possível, a distribuição de material educativo nas escolas públicas e privadas, informando principalmente os postos de vacinação e os estabelecimentos veterinários conveniados para registro de animais.

Art. 29 - O material do programa de educação continuada, sempre que for produzido, deverá conter entre outras informações consideradas pertinentes pela Secretaria Municipal de Agricultura, as abaixo relacionadas:



- a) a importância da vacinação e da vermifugação de cães e gatos;
- b) cuidados e manejo com os animais;
- c) problemas gerados pelo excesso populacional de animais domésticos e a importância do controle da natalidade;
- d) castração;
- e) legislações aplicadas ao assunto pertinente nesta lei;
- f) ilegalidade e/ou inadequação da manutenção de animais silvestres como animais de estimação.

Art. 30 - A Secretaria Municipal de Agricultura deverá sempre que possível, incentivar os estabelecimentos veterinários conveniados ou não para registro de animais; as entidades de classe ligadas aos médicos-veterinários e as entidades protetoras de animais; a atuarem como pólos irradiadores de informações sobre a propriedade responsável de animais domésticos.

Art. 31 - A Secretaria Municipal de Agricultura deverá dar a devida publicidade a esta lei e incentivar os estabelecimentos veterinários credenciados para registro de animais e as entidades de proteção aos animais domésticos a fazerem o mesmo.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - As multas previstas neste diploma legal, serão regulamentada por ato administrativo, via decreto municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a aprovação desta lei pelo Poder Legislativo e a devida sanção e publicação pelo Poder Executivo.

Art. 33 - Os valores arrecadados com as multas previstas nesta Lei Municipal, serão depositados em conta corrente específica, os recursos arrecadados aplicados na confecção e divulgação de materiais educativos, assim também como, nos gastos decorrentes da permanência dos animais apreendidos em local próprio.

Parágrafo Único: O "local próprio" que se refere o Artigo 33 desta lei, será determinado única e exclusivamente pelo Poder Executivo Municipal, via Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 34 - As despesas decorrentes da execução desta Lei Municipal, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 35 - O Poder Executivo Municipal terá prazo de 180 (cento e oitenta dias) para tomar todas as medidas necessárias para a correta aplicação da presente lei, após a aprovação da mesma pelo Poder Legislativo e a devida sanção e publicação pelo Poder Executivo, salvo, indisponibilidade financeira prevista no orçamento municipal.

Art. 36 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 37 - Revogam-se as disposições em contrário.

Lauro Müller, 22 de Março de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

**Luzerna**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

#### Decreto 1320

DECRETO Nº 1320 de 15 de março de 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica anulada na sua totalidade na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 09.0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 4.4.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 09.0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de março de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato pml.009.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.009.11

MODALIDADE: Carta- Convite p/Compras e Serviços nº 0003/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADO: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PJ CELSO LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços em sonorização de atividades realizadas por diversas Secretarias da Prefeitura de Luzerna(SC)

VALOR: R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2011, contado da data de emissão da Ordem de Serviço inicial DOTAÇÕES:

Conta: 12.1201.08.241.0025.2027.33900000

Reduzido : 001

Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/FMAS

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Atividade : APOIO A PESSOA IDOSA

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 02.0201.04.122.0004.2002.33900000

Reduzido : 005

Órgão : GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçament.: GABINETE DO PREFEITO

Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 12.1201.08.244.0025.2026.33900000

Reduzido : 007

Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/FMAS

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 06.0601.04.122.0007.2006.33900000

Reduzido : 019

Órgão : SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.365.0028.2028.33900000

Reduzido : 063

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFANTIL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0802.13.392.0046.2038.33900000

Reduzido : 070

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE CULTURA

Proj/Atividade : APOIO PARA DIFUSÃO CULTURAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0803.27.812.0049.2040.33900000

Reduzido : 073

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ESPORTES

Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESPORTES

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 09.0901.20.606.0052.2042.33900000

Reduzido : 082

Órgão : SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçament.: SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 10.1001.22.661.0058.2046.33900000

Reduzido : 086

Órgão : ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçament.: ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 10.1001.23.691.0058.2047.33900000

Reduzido : 090

Órgão : ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçament.: ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proj/Atividade : MANUT.SERVIÇOS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2030.33900000

Reduzido : 052

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 01 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educa

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 13.1301.10.301.0016.2017.33900000

Reduzido : 003

Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 16 de março de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

EVANDRO ROQUE CELSO

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PJ CELSO LTDA

Contratada

### Extrato de Contrato pml.010.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.010.11

MODALIDADE: Carta- Convite p/Compras e Serviços nº 0003/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADO: SEVEN PRODUÇÕES LTDA ME

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagem de atividades realizadas por diversas Secretarias da Prefeitura de Luzerna(SC)

VALOR: R\$ 32.450,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2011, contado da data de emissão da Ordem de Serviço inicial DOTAÇÕES:

Conta: 12.1201.08.241.0025.2027.33900000



Reduzido : 001  
 Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/FMAS  
 Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Proj/Atividade : APOIO A PESSOA IDOSA  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 02.0201.04.122.0004.2002.33900000  
 Reduzido : 005  
 Órgão : GABINETE DO PREFEITO  
 Unidade Orçament.: GABINETE DO PREFEITO  
 Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 12.1201.08.244.0025.2026.33900000  
 Reduzido : 007  
 Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/FMAS  
 Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 06.0601.04.122.0007.2006.33900000  
 Reduzido : 019  
 Órgão : SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.365.0028.2028.33900000  
 Reduzido : 063  
 Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
 Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFANTIL  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0802.13.392.0046.2038.33900000  
 Reduzido : 070  
 Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE CULTURA  
 Proj/Atividade : APOIO PARA DIFUSÃO CULTURAL  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0803.27.812.0049.2040.33900000  
 Reduzido : 073  
 Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ESPORTES  
 Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESPORTES

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 09.0901.20.606.0052.2042.33900000  
 Reduzido : 082  
 Órgão : SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Unidade Orçament.: SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Proj/Atividade : MANUTENÇÃO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 10.1001.22.661.0058.2046.33900000  
 Reduzido : 086  
 Órgão : ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 Unidade Orçament.: ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 10.1001.23.691.0058.2047.33900000  
 Reduzido : 090  
 Órgão : ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 Unidade Orçament.: ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 Proj/Atividade : MANUT.SERVIÇOS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO E SERVIÇOS  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2030.33900000  
 Reduzido : 052  
 Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO  
 Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 01 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educa  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 13.1301.10.301.0016.2017.33900000  
 Reduzido : 003  
 Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
 Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
 Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS  
 Fonte : 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde  
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 16 de março de 2011.  
 NORIVAL FIORIN  
 Prefeito Municipal  
 Contratante

RONALDO NUNES MENDES  
 SEVEN PRODUÇÕES LTDA ME  
 Contratada

**Extrato de Contrato pml.011.11**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.011.11

MODALIDADE: Carta- Convite p/Compras e Serviços nº 0003/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADO: N.Z. SERVIÇOS E COMÉRCIO DE SOM LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços em sonorização de atividades realizadas por diversas Secretarias da Prefeitura de Luzerna(SC)

VALOR: R\$ 8.850,00 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2011, contado da data de emissão da Ordem de Serviço inicial

DOTAÇÕES:

Conta: 12.1201.08.241.0025.2027.33900000

Reduzido : 001

Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/FMAS

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Atividade : APOIO A PESSOA IDOSA

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 02.0201.04.122.0004.2002.33900000

Reduzido : 005

Órgão : GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçament.: GABINETE DO PREFEITO

Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 12.1201.08.244.0025.2026.33900000

Reduzido : 007

Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/FMAS

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 06.0601.04.122.0007.2006.33900000

Reduzido : 019

Órgão : SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.365.0028.2028.33900000

Reduzido : 063

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFANTIL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0802.13.392.0046.2038.33900000

Reduzido : 070

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE CULTURA

Proj/Atividade : APOIO PARA DIFUSÃO CULTURAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0803.27.812.0049.2040.33900000

Reduzido : 073

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ESPORTES

Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESPORTES

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 09.0901.20.606.0052.2042.33900000

Reduzido : 082

Órgão : SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçament.: SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 10.1001.22.661.0058.2046.33900000

Reduzido : 086

Órgão : ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçament.: ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INCENTIVO A INDÚSTRIA

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 10.1001.23.691.0058.2047.33900000

Reduzido : 090

Órgão : ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçament.: ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Proj/Atividade : MANUT.SERVIÇOS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2030.33900000

Reduzido : 052

Órgão : SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçament.: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 01 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educa

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 13.1301.10.301.0016.2017.33900000

Reduzido : 003

Órgão : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Proj/Atividade : FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUNDO



**MUNICIPAL DE SAÚDE**

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 16 de março de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

LEONARDO FELIPE ZILIO

N.Z. SERVIÇOS E COMÉRCIO DE SOM LTDA

Contratada

**Monte Carlo****PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato de Contrato Público Administrativo de Contratação de Serviços para DMAE Nº 20/2011.**

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DMAE nº 20/2011.

Das Partes:

**CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 456 km 15, s/nº - Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves.

**CONTRATADO**

VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, localizada na Rua Saul Brandalise, 190 6º andar - Centro na Cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 76.323.633/0001-00, neste ato representada pelo seu titular o Sr. VILMAR TESTOLIN, inscrito no CPF sob o nº 492.862.008-97, doravante denominado CONTRATADA.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração deste Contrato de nº 20/2011, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LEITURA, CORTE E LIGAÇÃO DE AGUA, EMISSÃO DE FATURA simultânea, SENDO 2.180 PONTOS MENSAIS, TOTALIZANDO 20.710 PONTOS NOS 09 MESES E MEIO DE CONTRATAÇÃO, BEM COMO LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMPATÍVEL COM FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA E TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A BOA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

O valor do presente contrato é de R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos), por ponto de consumo, totalizando R\$ 39.141,90 (trinta e nove mil, cento e quarenta e um reais com noventa centavos) totais, pelos 20.710 pontos contratados, sem qualquer reajuste, ou o valor mensal pelos pontos efetivamente verificados e prestados os serviços.

As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta das dotações consignadas no orçamento de 2011, sob as rubricas:

153 06.03 2.026 3.3.90.00.00.00.00.00

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AGUA

Monte Carlo, 17/03/2011.

Município De Monte Carlo

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Contratante

VT ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA

VILMAR TESTOLIN

Contratada

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 38/2011**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2011

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho T. Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho T. Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Duque de Caxias, nº 314, na cidade de Rio dos Cedros-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.989.096/0001-27, neste ato representada pela Administradora, Sra. SIMONE PATRICIA KLOPPLE NICOLODELLI, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de Recapagens, recauchutagens, consertos internos e vulcanizações em pneus da frota de veículos, maquinam e equipamentos das secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 20.330,00 (vinte mil e trezentos e trinta reais), pelo LOTE nº 01; e, a importância de R\$ 39.390,00 (trinta e nove mil e trezentos e noventa reais), pelo LOTE nº 02, totalizando a importância de R\$ 59.720,00 (cinquenta e nove mil e setecentos e vinte reais), totais, ou o valor correspondente as quantidades efetivamente solicitadas e entregues.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011, a seguir especificada:

Cód.Re- duzido	Unid. Orçam.	Projeto/Ati- vidade	Elemento Despesa	Saldo Dis- ponível
107	02.01	2.005	3.3.90.00.00.00.00.00	100.000,00
153	06.01	2.026	3.3.90.00.00.00.00.00	350.000,00
129	07.01	2.014	3.3.90.00.00.00.00.00	200.000,00
133	07.01	2.014	3.3.90.00.00.00.00.00	200.000,00
15	07.01	2.029	3.3.90.00.00.00.00.00	30.000,00
3	09.01	2.028	3.3.90.00.00.00.00.00	168.910,00
71	09.01	2.023	3.3.90.00.00.00.00.00	500.000,00
61	10.01	2.036	3.3.90.00.00.00.00.00	10.000,00
13	01.01	2.030	3.3.90.00.00.00.00.00	120.000,00
29	01.01	2.031	3.3.90.00.00.00.00.00	700.000,00

Monte Carlo(SC), 17 de março de 2011.

Município de Monte Carlo

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Gerenciador

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP  
SIMONE PATRICIA KLOPPPEL NICOLODELLI  
Fornecedor

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Órgão Participante

FUNREBOM  
ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Participante

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 39/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2011

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho T. Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho T. Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: FM PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 453 Km 52,9, na cidade de Videira-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 81.374.845/0004-91, neste ato representada pelo Gerente de Unidade, Sr. MARCIO VITOR MARCON, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de Recapagens, recauchutagens, consertos internos e vulcanizações em pneus da frota de veículos, maquinam e equipamentos das secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), pelo LOTE nº 03, ou o valor correspondente as quantidades efetivamente solicitadas e entregues.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011, a seguir especificada:

Cód.Reduzido	Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
107	02.01	2.005	3.3.90.00.00.00.00.00	100.000,00
153	06.01	2.026	3.3.90.00.00.00.00.00	350.000,00
129	07.01	2.014	3.3.90.00.00.00.00.00	200.000,00
133	07.01	2.014	3.3.90.00.00.00.00.00	200.000,00
15	07.01	2.029	3.3.90.00.00.00.00.00	30.000,00
3	09.01	2.028	3.3.90.00.00.00.00.00	168.910,00
71	09.01	2.023	3.3.90.00.00.00.00.00	500.000,00
61	10.01	2.036	3.3.90.00.00.00.00.00	10.000,00
13	01.01	2.030	3.3.90.00.00.00.00.00	120.000,00
29	01.01	2.031	3.3.90.00.00.00.00.00	700.000,00

Monte Carlo(SC), 17 de março de 2011.  
Município de Monte Carlo  
ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Gerenciador

FM PNEUS LTDA  
MARCIO VITOR MARCON  
Fornecedor

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MARCOS N. C. DE SIQUEIRA  
Órgão Participante

FUNREBOM  
ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Participante

## Novo Horizonte

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Extrato Dispensa de Licitação Nº 005/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/11  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/11  
HOMOLOGAÇÃO: 22/03/2011  
CONTRATADO: POSTEC - INSTALADORA ELETRICA LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para realizar a ampliação da rede de iluminação pública conforme projeto fornecido pela CELESC, em diversos locais do perímetro urbano do município  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.  
DATA: 21/03/11 - SANTOS ZILLI - Prefeito Municipal

### Extrato TermoS Aditivos DIA 14/03/2011

EXTRATO CONTRATUAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 010/007 TA 010  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada : ELIZEU BRESCIANI ME  
Valor : 1.512,00 (um mil quinhentos e doze reais)  
Vigência : Início: 14/03/2011 Término: 31/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2006

Recursos : Dotação:  
Objeto : Serviços de Transporte Escolar. O Objeto do presente Termo  
Aditivo consiste no aumento de quilometragem do itinerário nº 8, mais 3,6  
Km - Trajeto de Linha Bortolini a Novo Horizonte, no turno matutino.  
NOVO HORIZONTE, 18 de Março de 2011

Contrato Nº.: 011/2007 TA 011  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada : ELCIO FAVETI ME  
Valor : 7.004,00 (sete mil e quatro reais)  
Vigência : Início: 14/03/2011 Término: 31/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2006  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Serviço de Transporte Escolar. O Objeto do presente



**Termo**

Aditivo consiste no aumento de quilometragem dos itinerários abaixo relacionados. Itinerário 14, mais 12,0 Km-Trajeto de Linha São José a Novo Horizonte, no turno matutino e o itinerário 15, mais 5,0 km-Trajeto de Linha São José a Novo Horizonte, no turno vespertino.  
NOVO HORIZONTE, 18 de Março de 2011

Contrato Nº.: 018/2010 TA 002

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : LENOIR MOSCHEN ME

Valor : 13.896,00 (treze mil oitocentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 14/03/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2010

Recursos : Dotação:

Objeto : Serviço de Transporte Escolar. O Objeto do presente Termo

Aditivo consiste no aumento de quilometragem dos itinerários abaixo relacionados. Itinerário 04, mais 21,6 km-Trajeto de Linha Platanéia a Santo

Agostinho, no turno matutino e o Itinerário 06, mais 8,4 Km-Trajeto de Linha

Rodrigues a Platanéia matutino.  
NOVO HORIZONTE, 18 de Março de 2011

**EXTRATO CONTRATUAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 017/2010 TA 002

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : JOSE IVANIR DALLANORA ME

Valor : 5.109,60 (cinco mil cento e nove reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 14/03/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2010

Recursos : Dotação:

Objeto : Serviço de Transporte Escolar. O Objeto do presente Termo

Aditivo consiste no aumento de quilometragem dos itinerários abaixo relacionados. Itinerário 08, mais 7,2Km-Trajeto de Linha Mezari a Santo

Agostinho, no turno matutino, Itinerário 09, mais 3,2 Km-Trajeto de Linha

Mezari a Santo Agostinho, no turno vespertino e itinerário 10, mais 1,8Km -

Trajeto de Linha Turani a Santo Agostinho, no turno matutino.

NOVO HORIZONTE, 18 de Março de 2011

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**DeCReTONº 04/2011**

D E C R E T O Nº 04/2011

Anula Processo de Licitação nº 13/2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, e tendo em vista o disposto no Art. 49 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei 8.883 de 08 de junho de 1994,

- CONSIDERANDO que no Processo Licitatório, modalidade Carta Convite nº. 13/2011 publicado em 25 de fevereiro de 2011, as propostas apresentadas pelos participantes superaram o limite legal previsto para Modalidade Convite, conforme o art. 23, II, a, da Lei 8.666/93 .

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulado o Processo Licitatório, modalidade Carta Convite nº 13/2011, publicado em 25/02/2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 21 de março de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Municipal dos Municípios, em 22 de março de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária de Administração

**Extrato do Contrato 060-2011**

Extrato do contrato nº 060/2011 conforme Processo Licitatório nº 09/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Paraíso Comércio de Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda, CNPJ nº 78.980.216/0001-58. Objeto: Aquisição de Cargas de Barro. Valor Estimado: R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 061-2011**

Extrato do contrato nº 061/2011 conforme Processo Licitatório nº 12/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Jobmaq Assist. Técnica p/ Máquina de Escritório Ltda ME, CNPJ nº 00.776.148/0001-12. Objeto: Aquisição de Material Permanente. Valor Estimado: R\$ 13.318,00 (Treze mil e trezentos e dezoito reais) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 062-2011**

Extrato do contrato nº 062/2011 conforme Processo Licitatório nº 12/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: PSV Informática Ltda ME, CNPJ nº 05.054.872/0001-56. Objeto: Aquisição de Material Permanente. Valor Estimado: R\$ 16.048,00 (Dezesseis mil e quarenta e oito reais) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 063-2011**

Extrato do contrato nº 063/2011 conforme Processo Licitatório nº 15/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense - Cooperlagos, CNPJ nº 10.202.167/0001-99. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar. Valor Estimado: R\$ 9.176,00 (Nove mil cento e setenta e seis reais) pagos mensalmente. Vigência: 06/09/2011.

**Extrato do Contrato 064-2011**

Extrato do contrato nº 064/2011 conforme Processo Licitatório nº 14/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Haydee Dittert Nunes Cabral ME, CNPJ nº 01.098.455/0001-54. Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos. Valor Estimado: R\$ 32.134,30 (Trinta e dois reais cento e trinta e quatro reais com trinta centavos) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 065-2011**

Extrato do contrato nº 065/2011 conforme Processo Licitatório nº 14/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Jair Francisco Bion ME, CNPJ nº 82.792.912/0001-08. Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos. Valor Estimado: R\$ 1.334,90 (Hum mil e trezentos e trinta e quatro reais com noventa centavos) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 066-2011**

Extrato do contrato nº 066/2011 conforme Processo Licitatório nº 14/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Projeto Cultural Ltda, CNPJ nº 10.946.774/0001-63. Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos. Valor Estimado: R\$ 38.370,90 (Trinta e oito mil trezentos e setenta reais com noventa centavos) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 067-2011**

Extrato do contrato nº 067/2011 conforme Processo Licitatório nº 07/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: João Celir Luiz - EPP, CNPJ nº 82.539.636/0001-70. Objeto: Aquisição de Peças para Veículos das Secretarias Municipais com Fornecimento de Mão-De-Obra. Valor Estimado: R\$ 31.230,57 (Trinta e um mil duzentos e trinta reais com cinquenta e sete centavos) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 068-2011**

Extrato do contrato nº 068/2011 conforme Processo Licitatório nº 07/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Mecânica Litoral Sul Ltda ME, CNPJ nº 11.211.010/0001-92. Objeto: Aquisição de Peças para Veículos das Secretarias Municipais com Fornecimento de Mão-De-Obra. Valor Estimado: R\$ 6.831,40 (Seis mil oitocentos e trinta e um reais com quarenta centavos) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Extrato do Contrato 069-2011**

Extrato do contrato nº 069/2011 conforme Processo Licitatório nº 07/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Sorocar - Auto Elétrica, Mecânica e Borracharia Ltda, CNPJ nº 08.777.762/0001-00. Objeto: Aquisição de Peças para Veículos das Secretarias Municipais com Fornecimento de Mão-De-Obra. Valor Estimado: R\$ 6.124,40 (Seis mil cento e vinte quatro reais com quarenta centavos) pagos mensalmente. Vigência: 31/12/2011.

**Processo Seletivo Edital 03/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 03/2011 DE 21/03/2011.**

A Secretaria da Saúde do Município de Paulo Lopes, em decorrência da autorização contida na Lei nº 649 de 01 de julho de 1994 - contratação temporária de pessoal, torna público que estarão abertas no período de 22/03/2011 à 28/03/2011 das 07:00h às 13:00h, as inscrições ao Processo Seletivo para contratação emergencial de Especialista em Saúde e Especialista em farmácia na forma de contrato emergencial, para atuar na Unidade de Saúde Lúcia Helena dos Santos. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no Mural da Secretaria de Saúde e no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0211 das 07:00h às 13:00h.

Paulo Lopes, 21 de março de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## Porto União

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei Nº 3.859/2011**

LEI Nº 3.859, de 16 de março de 2011.

Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de estímulo à expedição de notas fiscais, estabelece sorteios e premiação, abre crédito suplementar no orçamento do Município, altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o programa de estímulo à expedição de Notas Fiscais denominado "CIDADÃO CONSCIENTE - EMISSÃO DE NOTA FISCAL", de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; ISS - Imposto Sobre Serviços, Nota Fiscal de Produtor Rural e de Consumidores no âmbito do Município de Porto União - SC.

Art. 2º O Programa "CIDADÃO CONSCIENTE - EMISSÃO DE NOTA FISCAL" consistirá na premiação, mediante sorteios realizados conforme calendário a ser estabelecido na regulamentação da presente Lei.

Art. 3º Concorrerão aos Prêmios do Programa "CIDADÃO CONSCIENTE - EMISSÃO DE NOTA FISCAL":

I- os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de aquisição de mercadoria e de prestação de serviços, em comércio estabelecido no território do Município de Porto União, devidamente inscritos no cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal;  
II- os produtores rurais que apresentarem a emissão de Nota de Produtor Rural, inscritos no Município de Porto União; e  
III- para as pessoas jurídicas serão consideradas Notas Fiscais de mercadorias e prestação de serviços fornecidos a pessoa jurídica provenientes de empresas com inscrição no Município de Porto União.

Art. 4º Para concorrer aos sorteios do Programa "CIDADÃO CONSCIENTE - EMISSÃO DE NOTA FISCAL", os consumidores do Município deverão obter junto ao órgão municipal competente os cupons numerados que serão fornecidos na quantidade de:



I- 01 unidade a cada R\$ 100,00 (cem reais) de compra e serviço; e  
II- 01 unidade a cada R\$ 300,00 (trezentos reais) na Nota fiscal de Produtor Rural.

§ 1º Serão consideradas para troca por cupons numerados a primeira via de Nota Fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais emitidos por máquinas registradoras que contenham número do CNPJ do vendedor.

§ 2º Serão considerados para troca somente as Notas Fiscais e Cupons Fiscais emitidos a partir de 02 de janeiro de 2011.

Art. 5º Para a troca por cupons, os documentos fiscais serão entregues e carimbados pelo órgão promotor do programa e devolvidos ao contribuinte.

Art. 6º Serão premiados os cupons em sorteio manual por cupom preenchido.

Art. 7º A data de realização dos sorteios, será definida na regulamentação marcada com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da publicação do aviso no local de costume e com ampla divulgação.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas em até três etapas de sorteio, conforme regulamento.

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios com vistas a popularização e incremento promocional do programa.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir por doação, a título de premiação os veículos e demais prêmios constantes do artigo 10 desta Lei, objetivando o desenvolvimento do Programa "CIDADÃO CONSCIENTE - EMISSÃO DE NOTA FISCAL".

Art. 10. Os prêmios a serem conferidos aos certificados sorteados, após a conferência da validade e montante de documentos fiscais são os seguintes:

- 1º PRÊMIO - 01 moto 100 cilindradas;
- 2º PRÊMIO - 01 notebook;
- 3º PRÊMIO - 01 notebook;
- 4º PRÊMIO - 01 notebook;
- 5º PRÊMIO - 01 notebook;
- 6º PRÊMIO - 01 Nintendo Wii;
- 7º PRÊMIO - 01 Nintendo Wii;
- 8º PRÊMIO - 01 Nintendo Wii;
- 9º PRÊMIO - 01 TV 29";
10. PRÊMIO - 01 TV 29";
11. PRÊMIO - 01 TV 29";
12. PRÊMIO - 01 bicicleta;
13. PRÊMIO - 01 bicicleta;
14. PRÊMIO - 01 bicicleta;
15. PRÊMIO - 01 bicicleta;
16. PRÊMIO - 01 bicicleta;
17. PRÊMIO - 01 bicicleta.

Art. 11. Quando o valor do documento válido para troca exceder o valor mínimo estipulado e não completar o valor para ter direito ao 2º cupom, o contribuinte receberá do Município um cupom crédito constando o valor excedente, o qual será somado a novos documentos em troca posterior.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, através de Decreto.

Art. 13. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento do exercício de 2011:

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0202 - GABINETE DO PREEITO  
ATIVIDADE 2002 - Manutenção Gabinete do Prefeito  
MODALIDADE 3390 - 100 Aplicações Diretas

Art. 14. Fica incluído no anexo das Leis n.ºs 3.627, de 06.07.2009 e 3.832, de 03.12.2010 que dispõe sobre o Plano Plurianual para os exercícios de 2010/2013 o seguinte objetivo:

ÁREA : - Administração

META: - Incentivo à arrecadação

OBJETIVO: Participar de programas de incentivo à arrecadação, através do projeto NOTA FISCAL PREMIADA.

Art. 15. Fica incluído no anexo das Leis n.ºs 3.775, de 07 de 07.07.2010 e 3.831, de 03.12.2010, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011, o seguinte:

ÁREA : - ADMINISTRAÇÃO META: - Incentivo à arrecadação

OBJETIVO: Participar de programas de incentivo à arrecadação, através do projeto NOTA FISCAL PREMIADA.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### **Decreto Nº 562/2011**

DECRETO Nº 562, de 10 de março de 2011.

Dispõe sobre exoneração.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA THEREZINHA LEONY WOLFF, do cargo de Provisamento em Comissão de Assessor Cultural, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### **Decreto Nº 563/2011**

DECRETO Nº 563, de 11 de março de 2011.

Dispõe sobre nomeação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3. 805, de 16 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA THEREZINHA LEONY WOLFF, para o cargo de



Provimento em Comissão de Coordenador de Arquivos Públicos, Símbolo CO, previsto no anexo IV da Lei Municipal nº 3.805, de 16 de setembro de 2010, e designa como responsável pelas atividades da "Casa Cultural Aníbal Khury".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### **Extrato de Errata de Edital de Processo Licitatório 025/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 025/2011

Errata

Em matéria publica neste diário na edição nº 701, p.86 do dia 21.03.2011, referente a extrato de edital, onde lê-se extrato de edital de pregão presencial 014/2011, leia-se extrato de edital de pregão presencial 017/2011

Porto União, 21 de Março de 2011

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal.

## **Rio do Sul**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Portaria Nº 0268/2011**

PORTARIA Nº. 0268/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Auxílio Natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora VANIA JOCHER ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo, Professor, Nível III, Classe "A", conforme certidão de nascimento nº 0038558 56 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de VICTOR FERNANDO ALVES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Março de 2011.

#### **Portaria Nº. 0286/2011**

PORTARIA Nº. 0286/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo 126117/2011,

Complementação dos Proventos de Aposentadoria à NEUSA MARIA DA SILVA, a qual aposentou-se pelo Regime Geral de Previdência Social - INSS em 14/01/2011, desligando-se desta municipalidade em 21/02/2011, de acordo com o Art. 1º da Lei Complementar nº 081 de 30/04/2002.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data de seu desligamento.

Rio do Sul, 17 de março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

#### **Editais de Alteração do Pregão Presencial 025/2011**

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, comunicam aos interessados que ficam alterado a redação do item 15.8 do PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2011, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

" 15.8 - O produto deverá ser entregue no pátio da Secretaria Municipal de Agricultura, sita rua Wenceslau Borini, 2950, bairro Santa Galo, Rio do Sul - SC, sem nenhum custo adicional."

Rio do Sul, 18 de março de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

#### **Pregão Presencial 034/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2011

OBJETO: Contratação de serviços de instalação de geradores, banheiros químicos, arquibancadas, telões e camarotes no pavilhão de eventos Hermann Purnhagen durante as festividades do aniversário do município, período de 14 a 18 de abril, Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/04/2011, às 10:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 01/04/2011, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 21 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

#### **Pregão Presencial 035/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2011

OBJETO: Contratação de serviços de instalação de sonorização, iluminação e palco no pavilhão de eventos Hermann Purnhagen durante as festividades do aniversário do município, período de 14 a 18 de abril, Secretaria de Desenvolvimento Econômico.  
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.  
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/04/2011, às 10:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 01/04/2011, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 21 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 005/2011

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2011

Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Ulises Marlon Sezerino,

Objeto: profissional autônomo, com o objetivo de realizar exames médicos admissionais, demissionais, término de estágio probatório e homologação dos atestados médicos entregues pelos servidores de até 15 dias.

Valor: R\$ 3.532,59 (três mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Prazo de Entrega: executados entre os dias 13/01/2011 à 18/02/2011.

Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 13 de janeiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 006/2011

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2011

Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: CAROLINA FERNANDA KUHL

Objeto: serviços de arquitetura referente ao projeto de reforma do condomínio Luiz Demarchi, que deverá estar incluso: levantamento da situação atual das unidades, determinar intervenções cabíveis para cada unidade. Defini infra estrutura como: aterro, pavimentação e esgoto, através de projeto arquitetônico detalhado, orçamento incluindo lançamento de quantitativo e memorial descritivo.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais), que a CONTRATANTE se obriga a depositar em 06 (seis) parcelas iguais, no quinto dia útil de cada mês subsequente, a partir da assinatura deste instrumento do item contante na Cláusula Primeira.

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias corridos, a partir da assinatura do presente

Condições de Pagamento: 10 (dez) dias após os seguintes

procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 07 de fevereiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Resumo de Contrato 007/2011

RESUMO DE CONTRATO DE SERVIÇO E FOMENTOS E MATERIAIS Nº 007/2011

Tomada de Preços nº 001/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: RECAMAQ Construções e Locações Ltda.

Objeto: conclusão da construção de passeios na Av. Oscar Barcelos.

Valor: R\$ 244.599,27 (duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos).

Prazo de Entrega: 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 14 de fevereiro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Gabarito Concurso**

<b>GABARITO PROVA OBJETIVA - PRELIMINAR</b>							
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC</b>							
<b>EDITAL N.º 01/2011</b>							
<b>NÍVEL: FUNDAMENTAL COMPLETO</b>							
<b>CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- PSF / AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS</b>							
<b>1</b>	D	<b>11</b>	D	<b>21</b>	D	<b>31</b>	E
<b>2</b>	E	<b>12</b>	B	<b>22</b>	C	<b>32</b>	D
<b>3</b>	B	<b>13</b>	A	<b>23</b>	E	<b>33</b>	A
<b>4</b>	A	<b>14</b>	E	<b>24</b>	B	<b>34</b>	C
<b>5</b>	D	<b>15</b>	D	<b>25</b>	D	<b>35</b>	E
<b>6</b>	D	<b>16</b>	E	<b>26</b>	A	<b>36</b>	D
<b>7</b>	B	<b>17</b>	B	<b>27</b>	B	<b>37</b>	B
<b>8</b>	C	<b>18</b>	C	<b>28</b>	E	<b>38</b>	A
<b>9</b>	E	<b>19</b>	D	<b>29</b>	A	<b>39</b>	C
<b>10</b>	C	<b>20</b>	A	<b>30</b>	B	<b>40</b>	E

<b>GABARITO PROVA OBJETIVA - PRELIMINAR</b>							
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC</b>							
<b>EDITAL N.º 01/2011</b>							
<b>NÍVEL: FUNDAMENTAL COMPLETO</b>							
<b>CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS</b>							
1	D	11	D	21	B	31	E
2	E	12	B	22	D	32	C
3	B	13	A	23	C	33	C
4	A	14	E	24	B	34	D
5	D	15	D	25	A	35	B
6	D	16	E	26	B	36	D
7	B	17	B	27	B	37	E
8	C	18	C	28	A	38	C
9	E	19	D	29	E	39	E
10	C	20	A	30	D	40	B



## Salto Veloso

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato de Contrato Nº 0038-2011

Extrato de Contrato 0038/2011

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: Cooperativa Agropecuária Tangará - COOTAN

Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas

Contrato: 0038/2011

Valor: 13.100,00 reais

Vigência: 21/03/11 até 21/05/12.

Processo: 0028/2011

Licitação: PP 004/2011

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 21 de março de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

#### rescisão contrato 0033/2011

Extrato de Rescisão de Contrato Nº 0033/2011

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: Prisco Agronegocios LTDA ME

Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas

Justificativa de Rescisão: as partes resolvem rescindir amigavelmente o Contrato n. 0033/2011, por falta de disposição de bem por parte da Contratada, a mora na entrega do bem seria de no mínimo 20 dias, o que ensejaria a perda do prazo final para prestação de contas ao órgão fiscalizador, vez que os recursos dispostos para aquisição destes bens são oriundos dos Governo Federal.

Contrato: 0033/2011

Valor: 13.100,00 reais

Processo: 0028/2011

Licitação: PP 004/2011

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 21 de março de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Processo Licitatorio N 187/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 187/2011, Pregão Presencial N. 17/2011, O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão para LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE DO PREFEITO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 01/04/11, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou

pelo fone (0xx49) 36570001 e site: [www.staterezhinoprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhinoprogresso.sc.gov.br). Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/03/11.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Retificação Objeto Processo 39- Pregão 27/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA O OBJETO, CONTANDO NOVO PRAZO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2011 PREGÃO Nº 27.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DIA 18/03/2011 PAG 154, no que se refere ao objeto: INSTALAÇÃO DE TORRES E ANTENAS WIRELESS NAS ESCOLAS PARA DISPONIBILIZAR INTERNET BANDA LARGA GRATUITA A TODOS OS ALUNOS E PROFESSORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM TODO O TERRITÓRIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, leia-se FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO DE TORRES E ANTENAS WIRELESS NAS ESCOLAS PARA DISPONIBILIZAR INTERNET BANDA LARGA GRATUITA A TODOS OS ALUNOS E PROFESSORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM TODO O TERRITÓRIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, que se realizará no dia 01/04/2011 às 09:00 horas. Informações [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de PreçoS PL 02/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

CNPJ: 83.021.873/0001-08  
 RUA DUQUE DE CAXIAS, N.789  
 C.E.P.: 89990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 2/2011 - PR**

Processo Administrativo: 2/2011  
 Processo de Licitação: 2/2011  
 Data do Processo: 07/01/2011

Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE MOCHILAS E ESTOJOS ESCOLARES PARA ATENDER A EDUCAÇÃO INFANTIL, OS ANOS INICIAIS E OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2011.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2011 (Sequência: 1)**

Ao(s) 19 de Janeiro de 2011, às 14:47 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 877, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 2/2011, Licitação nº 2/2011 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Após análise dos credenciamentos das empresas, Jose de Arimathea, Andrea C Schuckes Bomm, Remo P. A Andreoli & Cia Ltda, Universo Bolsas, Telecopy e A.V Sequinel, foram abertas as propostas, inabilitada a empresa Remo P. A Andreoli & Cia Ltda, por não cumprir com os itens 6.1.1(Proposta de forma impressa redigida assinada pelo responsável da empresa) 6.1.2 (conter todas as especificações CNPJ, endereço do licitante etc.), e 6.1.4 (Prazo de Validade), na sequência foi aberto envelope da documentação da empresa vencedora por lance Andrea C Schuckes Bomm Me que cumprio com todas as exigências contidas no certame, os demais envelopes foram devolvidos aos participantes, nada mais havendo constar os presentes subscrevem a presente ata.

**LOTE: 1**

**Participante: 5382 - ANDREA C SCHUCKES BOMM ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	MOCHILA GRANDE;	UND	450,00	CACO & DEIA	0,0000	34,734	15.630,32
2	MOCHILA MÉDIA;	UND	1.550,00		0,0000	24,7816	38.411,48
3	MOCHILA PEQUENA;	UND	280,00		0,0000	22,393	6.270,04
4	ESTOJO ESCOLAR;	UND	2.280,00		0,0000	5,872	13.388,16

**Total do Participante ----->** 73.700,00

**Total Geral ----->** 73.700,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE****CNPJ:** 83.021.873/0001-08  
**RUA DUQUE DE CAXIAS, N.789**  
**C.E.P.: 89990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC****PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 2/2011 - PR****Processo Administrativo:** 2/2011  
**Processo de Licitação:** 2/2011  
**Data do Processo:** 07/01/2011

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19 de Janeiro de 2011

**COMISSÃO:**

NORIVAL JOAO CENCI - ..... - Pregoeiro(a)  
LILYAN TRINDADE DOS SANTOS - ..... - SECRETARIA

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria n.º 161/2011

PORTARIA n.º 161/2011

Admite em Caráter Temporário ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o Cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o Cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 035/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

### Contrato n.º 035/2011

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
CONTRATO n.º 035/2011

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Pre-feito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANTÔNIO CARLOS ELIAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 037.340.779-31, residente a Rua Bertoldo Hames, s/nº, Cubatão, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 21/03/2011, findando no dia 16/09/2011, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistên-cia médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.



**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de março de 2011.

Município de São Pedro de Alcântara/SC  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS ELIAS  
Contratado  
Testemunhas:

**Schroeder**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 17/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2011-PMS  
PROCESSO Nº. 37/2011-PMS**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 21 de março de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de filtros, troca de óleo, óleo hidráulico, óleo para caixa, óleo para diferenciais, óleo para motor, óleo de transmissão, fluído para freios, graxa, tacógrafo, extintores para atender as necessidades de manutenção da frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Pregão Presencial Registro de Preço nº. 17/2011-PMS, realizar-se-á em 1º de abril de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 21 de março de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Dispensa de Licitação Nº 15/2011-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 15/2011 - DL****Processo Nr.: 48/2011**  
**Data: 21/03/2011**

Folha: 1/2

**Fornecedor: SDS MANUTENCAO ELETRONICA LTDA**

Código: 8669

Endereço: RUA SÉRGIO SABEL, 247

Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC

CNPJ: 01.274.060/0001-65

Inscrição Estadual: 253.353.211

**Objeto da Compra:** Aquisição de um inversor de frequência a ser instalado na Rua 23 de março, Itoupava Açu, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, neste Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aquisição de um inversor de frequência CFW080130T3848PSZ a ser instalado na Rua 23 de março, Itoupava Açu, neste Município de Schroeder/SC.	UN	2.448,82	2.448,82

**JUSTIFICATIVA:****Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

**IV** - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**TEXTO**

De acordo com o pedido da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, a aquisição é necessária para o atendimento dos serviços de abastecimento de água, sendo essencial e que foi interrompido devido as fortes chuvas que ocorreram entre os dias 10/03/2011 a 13/03/2011, necessitado adquirir com a máxima urgência este equipamento para restabelecer o fornecimento de água nesta localidade.

SCHROEDER, 21 de Março de 2011

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 15/2011 - DL****Processo Nr.: 48/2011****Data: 21/03/2011**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 18 de Março de 2011

**Valor da Despesa:**2.448,82 (dois mil quatrocentos e quarenta e oito  
reais e oitenta e dois centavos)**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Timbó

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 2505, de 22 de Março de 2011

LEI Nº 2505, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas à entidades deste município, e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes fica autorizado a conceder auxílio financeiro às entidades abaixo descritas, nos seguintes valores e parcelas:

I - À Associação Desportiva Olímpica do Vale, inscrita no CNPJ nº 11.344.597/0001-08, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das escolinhas e das Equipes de Rendimento na modalidade esportiva de atletismo, o valor mensal de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) no ano;

II - À Associação dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, inscrito no CNPJ nº 83.794.545/0001-44, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Basquete Masculino e Feminino, Futebol de Campo, Futsal Masculino e Feminino e Vôlei Feminino, o valor mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no ano;

III - À Associação de Moradores do Bairro das Nações, inscrita no CNPJ nº 79.358.503/0001-93, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bocha, o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no ano;

IV - Ao Clube Ginástico Guairacás, inscrito no CNPJ nº 82.775.099/0001-68, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes das modalidades esportivas: Bolão 16 cm Masculino/Feminino; Futevôlei; Judô; Punhobol Masculino e Feminino; Vôlei de Areia Masculino e Feminino e Xadrez Masculino e Feminino, o valor mensal de R\$ 13.000 (treze mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no ano;

V - À Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, inscrita no CNPJ nº 83.792.960/0001-69, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bolão 23cm, o valor mensal de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) no ano;

VI - À Associação dos Pais e Amigos da Ginástica Rítmica Desportiva de Timbó, inscrito no CNPJ nº 00.221.730/0001-12, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Ginástica Rítmica Desportiva, o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês

de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no ano;

VII - À Associação Desportiva Cultural Vale do Handebol, inscrita no CNPJ nº 09.114.744/0001-01, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Handebol, o equivalente a parcela mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no ano;

VIII - À Associação Timboense de Tênis de Mesa, inscrita no CNPJ nº 11.307.516/0001-08, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Tênis de Mesa, o valor mensal de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) no ano;

IX - Ao Clube Caça e Tiro Frederico Donner, inscrito no CNPJ nº 86.379.104/0001-74, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Tiro Esportivo Armas Curtas, Longas, Seta e Escolinha de Tiro, incluindo a compra da munição, que é utilizada nos treinos e competições, o valor mensal de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) no ano;

X - À Associação Cultural e Esportiva Rhinos, inscrita no CNPJ nº 08.295.923/0001-20, para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da Equipe de Futebol Americano de Timbó, denominada "Rhinos", o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no ano;

XI - Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade, inscrita no CNPJ nº 86.793.679/0001-40, para auxiliar no pagamento de parte das despesas do custeio da equipe Masculina e Feminina da modalidade de Vôlei, o valor mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em dez parcelas a contar do mês de março do corrente e término em dezembro de 2011, totalizando R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) no ano.

§ 1º - Em contrapartida ao auxílio de que trata o caput deste artigo, deverá a entidade representar o Município e a FME nos campeonatos e provas Regionais, Estaduais e Nacionais nas modalidades estabelecidas, bem como instituir escolinhas de iniciação esportiva nas modalidades mencionadas, disponibilizando-as de forma gratuita aos munícipes de Timbó.

§ 2º - O repasse de que trata a presente lei não impede a Fundação Municipal de Esportes a investir diretamente através de recursos próprios nas modalidades esportivas mencionadas na presente norma.

Art. 2º - As entidades beneficiadas pelo auxílio financeiro, autorizado por esta Lei, deverão prestar contas do valor repassado, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do repasse, junto ao Setor de Contabilidade do Município de Timbó.

Art. 3º - A despesa com a execução da presente lei correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2011 da Fundação Municipal de Esportes, com a seguinte classificação:

19.02.027.812.0091.2242 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
19.02.027.812.0091.2242 - TRANSFERENCIA A ENTIDADES ES-  
PORTIVAS  
19.02.027.812.0091.2242 - REPASSES DA FME PARA ENTIDADES,



**CLUBES E ASSOCIAÇÕES**

300000.00 - DESPESAS CORRENTES

330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS

335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a contar do mês de março do corrente.

Município De Timbó, em 22 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 22 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

**Decreto Nº 2259, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2259, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 3.600.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.18300 OPER. CRÉDITO INT. - OUTROS PROGRAMAS 600.000,00  
TOTAL 600.000,00

08.02.026.451.0052.1067. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02.026.451.0052.1067. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.026.451.0052.1067. PONTES E OBRAS DE ARTE

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - OUTROS 3.000.000,00  
TOTAL 3.000.000,00**RESUMO**0.18300 OPER. CRÉDITO INT. - OUTROS PROGRAMAS 600.000,00  
0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - OUTROS 3.000.000,00

TOTAL ANULADO NA PMT 3.600.000,00

0.18300 OPER. CRÉDITO INT. - OUTROS PROGRAMAS 600.000,00  
0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - OUTROS 3.000.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

**URBANOS**

08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - OUTROS 3.000.000,00  
TOTAL 3.000.000,00

08.02.026.451.0052.1067. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02.026.451.0052.1067. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.026.451.0052.1067. PONTES E OBRAS DE ARTE

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.18300 OPER. CRÉDITO INT. - OUTROS PROGRAMAS 600.000,00  
TOTAL 600.000,00**RESUMO**0.18300 OPER. CRÉDITO INT. - OUTROS PROGRAMAS 600.000,00  
0.12400 TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - OUTROS 3.000.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO NA PMT 3.600.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo do Gabinete

**Decreto Nº 2260, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2260, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição de dotação, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado, por transposição de dotação, no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

19.01.027.813.0090.2240. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
19.01.027.813.0090.2240. ESPORTE AMADOR, COMUNITARIO E DE RENDIMENTO

19.01.027.813.0090.2240. MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 100.000,00

TOTAL 100.000,00

TOTAL ANULADO NA FME 100.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011,

no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL  
02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS  
02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 100.000,00  
TOTAL 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

### **Decreto Nº 2261, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2261, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011  
Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição de dotação, no valor de R\$ 54.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica anulado, por transposição de dotação, no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

22.01.013.392.0094.2254. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT  
22.01.013.392.0094.2254. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE  
22.01.013.392.0094.2254. MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 54.000,00  
TOTAL 54.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL  
02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E

#### **RELAÇÕES PÚBLICAS**

02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 54.000,00  
TOTAL 54.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

### **Decreto Nº 2262, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2262, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011  
Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição de dotação, no valor de R\$ 1.300.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica anulado, por transposição de dotação, no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

15.01.010.301.0070.1155. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.01.010.301.0070.1155. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
15.01.010.301.0070.1155. IMÓVEIS AB  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 100.000,00  
TOTAL 100.000,00  
15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BASICA  
15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 140.000,00  
TOTAL 140.000,00  
15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS 910.000,00  
0.10000 VINCULO LIVRE 910.000,00  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES



339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 150.000,00  
 TOTAL 1.060.000,00  
 TOTAL ANULADO NO FMS 1.300.000,00  
 0.10000 VINCULO LIVRE 1.300.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 4.000,00

TOTAL 4.000,00

08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 346.000,00

TOTAL 346.000,00

08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 350.000,00

TOTAL 350.000,00

08.02.015.451.0052.1075. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.02.015.451.0052.1075. OBRAS MUNICIPAIS

08.02.015.451.0052.1075. CAMPO UNIÃO

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 600.000,00

TOTAL 600.000,00

RESUMO

0.10000 VINCULO LIVRE 1.300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município De Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
 Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo do Gabinete

## Decreto Nº 2263, de 18 de Fevereiro de 2011

DECRETO Nº 2263, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição de dotação, no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado, por transposição de dotação, no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

20.01.008.243.0062.1227. FUNDO DE ATEND. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FIA

20.01.008.243.0062.1227. SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE

20.01.008.243.0062.1227. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS- FIA

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 15.000,00

TOTAL 15.000,00

20.01.008.243.0062.2210. FUNDO DE ATEND. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FIA

20.01.008.243.0062.2210. SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE

20.01.008.243.0062.2210. TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

335000.00 TRANSFERENCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

20.01.008.243.0062.2212. FUNDO DE ATEND. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - FIA

20.01.008.243.0062.2212. SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE

20.01.008.243.0062.2212. MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 55.000,00

TOTAL 55.000,00

TOTAL ANULADO NO FIA 80.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 80.000,00

TOTAL 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos



do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

### **Decreto Nº 2264, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2264, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição de dotação, no valor de R\$ 12.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado, por transposição de dotação, no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

23.01.006.182.0048.2204. FUNREBOMPOM  
23.01.006.182.0048.2204. CORPO DE BOMBEIROS  
23.01.006.182.0048.2204. MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 12.000,00  
TOTAL 12.000,00  
TOTAL ANULADO NO FUNREBOMPOM 12.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL  
02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS  
02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 12.000,00  
TOTAL 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

### **Decreto Nº 2265, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2265, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Especial por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 36.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010, c/c Lei nº 2503, de 18/02/2011,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.1151. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.01.010.301.0070.1151. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
15.01.010.301.0070.1151. FROTA DE VEICULOS AB  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.36400 SUP. FINANCEIRO ATENÇÃO BÁSICA 36.000,00  
TOTAL 36.000,00

Art. 2º O Crédito Especial de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

### **Decreto Nº 2266, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2266, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 664.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

15.01.010.301.0070.1153. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.01.010.301.0070.1153. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO



**BÁSICA**

15.01.010.301.0070.1153. OBRAS E INSTALAÇÕES AB  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 330.000,00  
TOTAL 330.000,00  
15.01.010.301.0070.1155. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.01.010.301.0070.1155. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO  
BÁSICA  
15.01.010.301.0070.1155. IMÓVEIS AB  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 20.000,00  
TOTAL 20.000,00  
15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULA-  
TORIAL  
15.01.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFE-  
RENCIA E SERVIÇOS  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE 314.000,00  
TOTAL 314.000,00  
TOTAL ANULADO NO FMS 664.000,00  
0.10000 VINCULO LIVRE 350.000,00  
0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE 314.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 664.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.02.010.302.0072.2160. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULA-  
TORIAL  
15.01.010.302.0072.2160. PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO  
PORTE  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
445000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS  
0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE 314.000,00  
0.10000 VINCULO LIVRE 350.000,00  
TOTAL 664.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

**Decreto Nº 2267, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2267, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Especial à conta de anulação por transposição de dotação, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

15.03.010.303.0076.2170. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
15.03.010.303.0076.2170. SUPORTE PROFILATICO E TERAPEU-  
TICO  
15.03.010.303.0076.2170. MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILA-  
TICO E TERAPEUTICO  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 100.000,00  
TOTAL 100.000,00

Art.2º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.1277. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA  
SOCIAL - FMAS  
16.10.008.244.0086.1277. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO  
DPTO E DOS EQUIP. SOCIAIS  
16.10.008.244.0086.1277. CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE  
EQUIPAMENTOS SOCIAIS  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 100.000,00  
TOTAL 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo do Gabinete

**Decreto Nº 2268, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2268, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Abre Crédito Especial à conta de anulação por transposição de dotação, no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13/12/2010, c/c Lei nº 2504, de 18 de fevereiro do corrente,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2011:

22.01.013.391.0094.2248. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT

22.01.013.391.0094.2248. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

22.01.013.391.0094.2248. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 14.000,00

TOTAL 14.000,00

22.01.013.392.0094.2254. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT

22.01.013.392.0094.2254. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

22.01.013.392.0094.2254. MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 76.000,00

TOTAL 76.000,00

22.02.013.392.0096.1255. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBO - FCT

22.02.013.392.0096.1255. INCENTIVO A CULTURA

22.02.013.392.0096.1255. OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

TOTAL ANULAÇÃO 100.000,00

Art.2º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), autorizada pela Lei nº 2504, de 18 de fevereiro de 2011, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.1277. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

16.10.008.244.0086.1277. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIP. SOCIAIS

16.10.008.244.0086.1277. CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 100.000,00

TOTAL 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Timbó, SC, 18 de fevereiro de 2011.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo do Gabinete

**Decreto Nº 2258, de 18 de Fevereiro de 2011**

DECRETO Nº 2258, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

Altera o Decreto nº 1452, de 08 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com os artigos 36 a 40 da Lei Complementar nº 335, de 05/10/2007, e

**DECRETA:**

Art. 1º O Decreto nº 1452, de 08 de dezembro de 2008 e alterações, que designou membros representantes das entidades que compõem o Conselho da Cidade, fica alterado conforme abaixo descrito, designando:

I - Entidades Governamentais:

a) SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

- TITULAR: NILTON THEILACKER, em substituição a Cassandra H.Faes

- SUPLENTE:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.

Timbó, 18 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo do Gabinete

**Portaria No 1924, de 1º de Março de 2011**

PORTARIA No 1924, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
(Fundo Municipal de Saúde)

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
------	-----------	-----	-----------------	---------

Renata Garcia Martins (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	01/02/84	972.938.972-72	40h	10/03/2011 a 31/03/2011
---	----------	----------------	-----	-------------------------------

**PSICÓLOGO (GP-65)**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Heloisa Frensch Faustino Nascimento (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	20/09/83	043.850.029-67	30h	07/03/2011 a 31/03/2011

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Sandra Paula Senem Colombo (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	11/11/73	807.985.279-00	30h	01/03/2011 a 31/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 1908, de 22 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1908, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Autoriza o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, Elson Antonio Aparecido Marson Junior, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar

deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Elson Antonio Aparecido Marson Junior	Secretário Municipal	02899412513 / B

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 1909, de 22 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1909, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Autoriza a Servidora Pública Municipal Norma Conzatti, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Norma Conzatti	Oficial de Serv.Adm.	03600937709 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo,

venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 1912, de 22 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1912, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Nomeia os membros do Conselho Curador da Fundação Cultural de Timbó, para mandato de dois anos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos I e VII, c/c art. 70, Inciso II, alíneas "c" e "g", da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 9º da Lei Complementar nº 171, de 24/03/2000, alterada pelas Leis Complementares nº 195, de 29/12/2000, nº 231, de 04/12/2002, e nº 317, de 15/09/2006,

#### **RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Composto pelos representantes abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro e sem ônus para o Município, para um mandato de dois (02) anos, com as atribuições constantes na Lei Complementar nº 171, de 24/03/00, alterada pelas Leis Complementares nº 195, de 29/12/2000, nº 231, de 04/12/2002 e nº 317, de 15/09/2006, e demais regulamentações:

#### **I - TITULAR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ:**

Membro Efetivo: Jorge R. Ferreira  
Membro Suplente: Jarbas Dallabrida

#### **II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:**

Membro Efetivo: Rafaela dos Santos Guedes  
Membro Suplente: Waldemar Gebauer

#### **III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE:**

Membro Efetivo: Jean M.R.Vargas  
Membro Suplente: Ricardo Longo Orsi

#### **IV - REPRESENTANTE DO CENTRO DE ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS DE TIMBÓ:**

Membro Efetivo: Fernando Dalmônico  
Membro Suplente: Gilnei Purim

#### **V - REPRESENTANTE DA CASA DA AMIZADE:**

Membro Efetivo: Gladys Letty Hasse  
Membro Suplente: Elvira Ladehoff

#### **VI - REPRESENTANTE DO ROTARY CLUBE PÉROLA DO VALE:**

Membro Efetivo: Demerval Mafera  
Membro Suplente: Aníbal de Tofol

#### **VII - REPRESENTANTE DO ROTARY CLUBE DE TIMBÓ:**

Membro Efetivo: Ivan Bertsch  
Membro Suplente: Sergio Marconcini

#### **VIII - REPRESENTANTE DO LIONS CLUBE DE TIMBÓ:**

Membro Efetivo: Nilton Theilacker

Membro Suplente: Ivens Antonio Manfrini

#### **IX - REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TIMBÓ**

Membro Efetivo: Jorge Krüger  
Membro Suplente: Taionara Dalcanale

#### **X - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ:**

Membro Efetivo: Oldair da Silva  
Membro Suplente: Mário Fávero

#### **XI - REPRESENTANTE DOS ARTISTAS PLÁSTICOS TIMBOENSES:**

Membro Efetivo: Elisa Gessner  
Membro Suplente: Teresa Cristina de Alcântara Zimmermann

#### **XII - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Membro Efetivo: Isabel Cristina Lima  
Membro Suplente: Sergi Mengarda

#### **XIII - REPRESENTANTE DOS COLECIONADORES DE OBJETOS ANTIGOS DE TIMBÓ:**

Membro Efetivo: Zonadir Patrício  
Membro Suplente: José Roberto de Oliveira

#### **XIV - REPRESENTANTE DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DE TIMBÓ:**

Membro Efetivo: Elisabeth Germer  
Membro Suplente: Edson Butzke

#### **XV - REPRESENTANTE DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS TIMBOENSES:**

Membro Efetivo: Ivana D. Dallabona  
Membro Suplente: Siegrund Gessner

#### **XVI - REPRESENTANTE DA CLASSE MUSICAL TIMBOENSE:**

Membro Efetivo: Luiz Roberto Lenzi  
Membro Suplente: Egídio Frankenberger

#### **XVII - REPRESENTANTE DA CLASSE DE TRABALHOS ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ:**

Membro Efetivo: Kátia S.K.Szpoganicz  
Membro Suplente: Aneli Ferrari Schütze

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 1914, de 22 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1914, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Dispensa do Programa Saúde da Família - PSF, profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:



Art.1º DISPENSAR do Programa Saúde da Família - PSF, as profissionais a seguir relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 1º de fevereiro do corrente:

NOME	PORTARIA
Ana Sibila Dallabona	Nº 240, de 02/03/2009
Anna Carine Bell	Nº 999, de 09/05/2006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 1915, de 22 de Fevereiro de 2011

PORTARIA No 1915, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Designa profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

#### RESOLVE:

Art.1º Designar profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionados:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR
Fernanda Pereira Martins	Auxiliar de Enfermagem	14/02/2011
Paolo Piermarini	Médico	17/02/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 1916, de 22 de Fevereiro de 2011

PORTARIA No 1916, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Jucieli Campestri Peter, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, a contar de 18 de fevereiro do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal JUCIELI CAMPESTRINI PETER, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1833, de 02 de fevereiro de 2011, a contar de 18 de fevereiro do

corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 1917, de 22 de Fevereiro de 2011

PORTARIA No 1917, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Ana Claudia Barbaresco, contratada temporariamente para o cargo de Psicólogo, a contar de 1º de março do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ANA CLAUDIA BARBARESCO, contratada temporariamente para o cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1484, de 02/08/2010, alterada pelas Portarias nº 1629, de 01/10/2010; nº 1731, de 02/12/2010 e nº 1790, de 17/01/2011, a contar de 1º de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 1918, de 24 de Fevereiro de 2011

PORTARIA No 1918, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Joel Oliveira, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 1º de março do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal JOEL OLIVEIRA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1825, de 1º de fevereiro de 2011, a contar de 1º de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de fevereiro de 2011; 141o ano de

Fundação; 76o ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 1920, de 25 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1920, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2011/07, para ampliação da Escola Municipal Prof. Nestor Margarida.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93, RESOLVE:

RESOLVE:  
Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas, e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2011/07 - Processo Licitatório nº 124/2010, para ampliação da Escola Municipal Prof. Nestor Margarida:

- a) DARCIZIO BONA - Vice Prefeito;
- b) KELEN MANNES KNAESEL - Engenheira Civil;
- c) LUCIANA HARTMANN JUNGLOS - Engenheira Civil;
- d) EDSON JOSÉ PEDRON - Arquiteto;
- e) SERGI FREDERICO MENGARDA - Secretário de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 1921, de 25 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1921, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2010/268, para construção/revitalização da 3ª etapa do Teatro Municipal.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas, e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2010/268 - Processo Licitatório nº 07/2010-FCT, para construção/revitalização da 3ª etapa do Teatro Municipal :

- a) DARCIZIO BONA - Vice Prefeito;
- b) KELEN MANNES KNAESEL - Engenheira Civil;
- c) LUCIANA HARTMANN JUNGLOS - Engenheira Civil;
- d) EDSON JOSÉ PEDRON - Arquiteto;
- e) JORGE R. FERREIRA - Diretor Presidente da FCT

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 1922, de 25 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1922, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2010/264, para execução da quadra de esportes da Escola São Roque e serviços de pintura no Ginásio da Escola Maurício Germer.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas, e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2010/264 - Processo Licitatório nº 113/2010, para execução da quadra de esportes da Escola São Roque e serviços de pintura no Ginásio da Escola Maurício Germer.

- a) DARCIZIO BONA - Vice Prefeito;
- b) KELEN MANNES KNAESEL - Engenheira Civil;
- c) LUCIANA HARTMANN JUNGLOS - Engenheira Civil;
- d) SERGI FREDERICO MENGARDA - Secretário de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 1923, de 25 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA No 1923, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2010/249, para construção da parte remanescente do NEI Lar da Criança.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas, e Definitivo do Objeto do Contrato nº 2010/249 - Processo Licitatório nº 109/2010, para construção da parte remanescente do NEI Lar da Criança:

- a) DARCIZIO BONA - Vice Prefeito;
- b) KELEN MANNES KNAESEL - Engenheira Civil;
- c) LUCIANA HARTMANN JUNGLOS - Engenheira Civil;
- d) EDSON JOSÉ PEDRON - Arquiteto;
- e) SERGI FREDERICO MENGARDA - Secretário de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria Nº 1910, de 22 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA Nº 1910, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Instaura Sindicância Administrativa nº 02/2011, para apurar fatos ocorridos no NEI Primeiros Passos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 02/2011, para apurar fatos ocorridos no Núcleo de Educação Infantil Primeiros Passos, conforme relato da Coordenadora do Núcleo, expedido em 15 de fevereiro do corrente.

Art.2º Designar, para integrar a Comissão de Sindicância Administrativa nº 02/2011, as servidoras: Meike Marly Schubert-Professora, Cleide Maria Uber Borth-Professora e Miryam Ruprecht Packer-Educadora Infantil, para, sob a presidência do primeiro, apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o inciso anterior, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria Nº 1911, de 22 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA Nº 1911, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Instaura Sindicância Administrativa nº 03/2011, para apurar fatos ocorridos na Vigilância Epidemiológica - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 03/2011, para apurar fatos ocorridos na Vigilância Epidemiológica - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Comunicação Interna nº 010, de 16 de fevereiro do corrente, expedido pelo Secretário Municipal.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, constituída através da Portaria nº 088, de 30 de janeiro de 2009, alterada pelas Portarias nº 574, de 24 de junho de 2009 e nº 1393, de 14 de junho de 2010, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o inciso anterior, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria Nº 1913, de 22 de Fevereiro de 2011**

PORTARIA Nº 1913, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Altera Portarias referentes a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adauto Martins de Oliveira	1712/2010	30/06/2011
Ademar Hannebach	1712/2010	30/06/2011
Ademir de Borba	1712/2010	30/06/2011
Adriano Dallabona	1712/2010	30/06/2011
Adriano Klemz	1712/2010	30/06/2011
Airton Natal Sestari	1800/2011	30/06/2011
Almir Rogério Stolf	1712/2010	30/06/2011
Ana Paula Preuss	1712/2010	30/06/2011
Antenor Novadezeski Ascari	1712/2010	30/06/2011
Assenir José Martins	1792/2011	30/06/2011
Audir Pasquali	1832/2011	30/06/2011
Augusto Vital Dognini	1712/2010	30/06/2011
Bruno Roedel	1712/2010	30/06/2011
Clovis Alberto Kruger	1712/2010	30/06/2011
Crispim da Silveira	1712/2010	30/06/2011
Cristiano Luiz Rodrigues	1712/2010	30/06/2011
Ditmar Hackbarth	1712/2010	30/06/2011
Domingo Pereira	1712/2010	30/06/2011
Edegar Lombardi	1712/2010	30/06/2011
Edemilson Franz	1792/2011	30/06/2011
Elirio Stolf	1712/2010	30/06/2011
Emerson Roberto Sanches	1712/2010	30/06/2011
Engelberto Franz	1712/2010	30/06/2011
Ernstfried Withoeft	1712/2010	30/06/2011
Hitalo Thiago Rafael de Souza	1712/2010	30/06/2011
Ivanor J. Diogo Correa	1712/2010	30/06/2011
Jair Strupp	1712/2010	30/06/2011
Jairo Bartel	1712/2010	30/06/2011
Jean Carlo Schwaemmie	1712/2010	30/06/2011
Jean Carlos Piazza	1823/2011	30/06/2011
João Dutra Ribeiro	1712/2010	30/06/2011
João Luiz dos Santos	1712/2010	30/06/2011
Jocimar Rogério de Borba	1712/2010	30/06/2011
Jorge de Oliveira Jr	1892/2011	30/06/2011
José Mauricio Alves de Souza	1712/2010	30/06/2011
Leônidas Costa da Silva	1712/2010	30/06/2011



Luis Carlos Miranda dos Santos	1712/2010	30/06/2011
Maico Kroenke	1712/2010	30/06/2011
Marcelo Juliano da Silveira	1712/2010	30/06/2011
Marcio Cardoso	1712/2010	30/06/2011
Natal Ferretti	1712/2010	30/06/2011
Natalio Cordeiro	1792/2011	30/06/2011
Odir Cunha	1823/2011	30/06/2011
Onigenito Farias	1707/2010	30/06/2011
Orival Tancon	1712/2010	30/06/2011
Orlei Anacleto Cardoso	1800/2011	30/06/2011
Paulo Roberto Lorenzetti	1712/2010	30/06/2011
Raul Kleinschmidt	1712/2010	30/06/2011
Renaldo Arthur Giotti	1712/2010	30/06/2011
Robeto C. Moreira Lisboa	1823/2011	30/06/2011
Rogério Carl	1712/2010	30/06/2011
Romário Greter	1712/2010	30/06/2011
Tarcísio de Oliveira	1712/2010	30/06/2011
Valmor Helbrecht	1712/2010	30/06/2011
Vanderlei Anacleto Cardoso	1712/2010	30/06/2011
Verônica Sepka	1712/2010	30/06/2011
Vilmar Pereira	1712/2010	30/06/2011
Walmor Valentim Theiss	1712/2010	30/06/2011
Wanderley Ferrari	1712/2010	30/06/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria Nº 1919, de 25 de Fevereiro de 2011

PORTARIA Nº 1919, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Secretaria de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Rita Janaina Tristão	1833, de 02/02/2011	01/03/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de fevereiro de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

## Tunápolis

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Contrato Nº 36/2011

CONTRATO Nº 36/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Joel Roque Spies & Cia Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.596.319/0001-70, estabelecida na Rua João Castilho, nº 318, Centro, no Município de Tunápolis/SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Joel Roque Spies, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 32/2011 e Convite para compras e serviços nº 04/2011

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto à contratação de empresa para prestação de serviços Técnicos em Informática a serem prestados pelo contratado em todos as secretarias desta Municipalidade, durante o exercício de 2011 compreendendo os seguintes itens, a saber:

- Manutenção completa de computadores na parte software (programas);
- Atualizações e Backup;
- Assistência e manutenção das Redes de Internet, site;
- Assistência e manutenção das impressoras;
- Ampliação da rede; Manutenção e Reparos eletrônicos em equipamentos e outras atividades correlatas;
- Controle de banda, software(programas) específico Setor Público;

1.2 O Edital do Processo Licitatório nº. 32/2011, a proposta do CONTRATADO, e todos os demais documentos contidos nos autos do Processo de Licitação nº. 32/2011 integram o presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

2.1 O contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 715,00 (Setecentos e quinze reais) mensais, pagos até o dia 05 do mês subsequente do serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal e, se necessário, de relatórios dos serviços prestados que poderão ser efetuado através de sistemas eletrônicos on-line, considerando que no mês de março de 2011 o pagamento será proporcional aos dias de serviços prestados neste mês, ou seja o equivalente ao valor de R\$ 536,25 (quinhentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos).O valor total do contrato será de R\$ 7.150,00 (Sete mil cento e quinta reais).

2.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

3.1 Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 Dar ao CONTRATADO as condições necessárias à regular execução do Contrato, acompanhando-a, por seu representante legal



ou preposto habilitado, às audiências designadas.

3.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

3.4 Fornecer informações e documentos necessários para a perfeita entrega dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADO.

4.1 O CONTRATADO obriga-se a cumprir todas as solicitações de consultoria feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

4.2 O CONTRATADO assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

4.3 O CONTRATADO obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

4.4 O CONTRATADO cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.5 O CONTRATADO assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

4.6 O CONTRATADO é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias.

#### CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO.

5.1 O Contratado obriga-se a cumprir 10 (dez) horas semanais e mais chamadas de emergência segundo a demanda para a prestação de serviços mencionados na cláusula 1ª. Os serviços deverão ser executados em todas as secretarias desta municipalidade e se necessário na sede da Contratada, de forma a melhor atender as necessidades da administração Municipal.

5.2 Para a realização do objeto mencionado na cláusula 1ª, o CONTRATADO deverá executar as atividades solicitadas pela CONTRATANTE, sendo que todos os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos referidos serviços são de inteira responsabilidade do CONTRATADO. Caso haja despesas de locomoção, estadia e outras estas são de responsabilidade do CONTRATADO. O contrato a ser firmado para a prestação dos serviços, terá vigência até 31/12/2011.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2011:

Unidade Orçamentária Descrição  
Órgão 03 - Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.  
Projeto/Atividade 2.009 (dotação 8 )

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária Descrição  
Órgão 04 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.  
Projeto/Atividade 2.010 (dotação 31)

3.3.90.00.00.00.00.00.0105 - Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária Descrição  
Órgão 04 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.  
Projeto/Atividade 2.011 (dotação 43)

3.3.90.00.00.00.00.00.0105 - Manutenção do Ensino Fundamental

Unidade Orçamentária Descrição  
Órgão 04 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Projeto/Atividade 2.012 (dotação 63)

3.3.90.00.00.00.00.00.0105 - Manutenção da Educação Infantil

Unidade Orçamentária Descrição

Órgão 04 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Projeto/Atividade 2.022 (dotação 89)

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Manutenção das Atividades Esportivas

Unidade Orçamentária Descrição

Órgão 05 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Projeto/Atividade 2.023 (dotação 115)

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária Descrição

Órgão 8 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade 2.033 (dotação 169)

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Manutenção das Atividades do CRAS

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO.

O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2011, iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar, caso a execução dos serviços não venham atender ao objeto deste documento, oportunidade em que será efetuado o pagamento ao CONTRATADO pelos serviços até então executados.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - F ORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 10 de Março de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

JOEL ROQUE SPIES & CIA LTDA EPP

Contratado

JOEL ROQUE SPIES

Sócio administrador

CPF: 029.724.269-59

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 020.226.259.60

**Contrato Nº 37/2011**  
CONTRATO 37/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa José Gilvane Lauer, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNP sob o nº 10.617.404/0001-82, estabelecida na Rua Santa Cruz, s/n-Centro, no Município de São João do Oeste/SC, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. José Gilvane Lauer, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 26/2011 e Edital Tomada de Preços 01/2011, com seus anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O Presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa para o desenvolvimento de serviços com os alunos das Escolinhas Esportivas, de acordo com as normas definidas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em horários e locais pré-definidos mais especificamente na área de Futsal, Futebol de Campo e Voleibol, objetivando o desenvolvimento das atividades dos alunos inscritos nas referidas modalidades, com acompanhamento das equipes quando representam o Município nos diversos eventos esportivos da região, totalizando 60 horas semanais para o desenvolvimento dos trabalhos nas áreas elencadas, conforme especificações e condições estabelecidas na proposta acima declarada vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO:**

2.1 O contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 4.050,00(quatro mil e cinqüenta reais) mensais, pagos até o dia 10 do mês subsequente aos serviços prestados, mediante entrega da nota fiscal e do relatório de atividades desenvolvidas durante o mês, considerando que no mês de março de 2011 o pagamento será proporcional aos dias de serviços prestados neste mês, ou seja o equivalente ao valor de R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte cinco reais).O valor total do contrato será de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais).

2.2 Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

3.1 O Município obriga-se a oferecer todas as condições necessárias como materiais esportivos para o desenvolvimento das atividades com os alunos das escolinhas esportivas do Município, dentro das normas estabelecidas no Edital TP 01/2011 que originou este contrato e nas cláusulas estabelecidas neste contrato. As despesas com transporte diárias,hospedagem ficam a encargo da contratada conforme item 4.3 abaixo.

3.2 A fiscalização e o controle por parte do Município, não

implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

4.1 O CONTRATADO obriga-se ao fiel e bom cumprimento por seus sócios, a fornecer e prestar os serviços, objeto deste contrato, durante o desenvolvimento dos trabalhos.

4.2. Efetuar, durante o desenvolvimento dos trabalhos, quando necessário, alterações para as devidas adequações de acordo com a Comissão Municipal de Esportes;

4.3 Arcar com todas as despesas com transporte, hospedagem, diárias e outras que porventura vierem a ocorrer;

4.4 Realizar os serviços de que trata o presente objeto nos prazos estipulados e apresentar os documentos solicitados, nos prazos previamente notificados;

4.5 Manter equipe técnica compatível em quantidade e qualidade suficientes para garantir a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados, não sendo aceitável atraso sob a justificativa de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão e outros análogos;

4.6 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

4.7 Acatar todas as orientações e o gerenciamento dos trabalhos por parte da Secretaria Municipal da Educação e Comissão Municipal de Esportes.

4.8 Comunicar imediatamente, por intermédio da equipe técnica da Comissão Municipal de Esportes, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste objeto;

4.9 Não caucionar nem utilizar este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da contratante, sob pena de rescisão contratual;

4.10 Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre esta contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitada pelo gestor do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos, bem como qualquer documento que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas;

4.11 Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;

4.12 Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte da equipe técnica da contratante;

4.13 Comunicar imediatamente, por intermédio da equipe técnica da contratante, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;

4.14 O CONTRATADO obriga-se a cumprir todas as solicitações de consultoria feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

4.15 O CONTRATADO cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.16 O CONTRATADO assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

4.17 O CONTRATADO é responsável em formar o quadro de pessoal necessário e habilitado à execução dos serviços contratados, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias.

**CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO:**

5.1. A prestação dos serviços do objeto licitado deverá ser efetivada

de forma parcelada, conforme calendário de datas elaborado pela Secretaria de Educação e Comissão Municipal de Esportes.

5.2. Os serviços deverão ser prestados no local Indicado pela Secretaria de Educação do Município de Tunápolis e Comissão Municipal de Esportes.

5.3 - Os serviços deverão serão executados por Profissionais habilitados junto ao CREF, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas às normas técnicas.

5.4 Nenhuma alteração contratual, quer seja do cronograma, do prazo de vigência, será efetuada sem autorização da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS:

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2011:

Orgão 04 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Projeto/Atividade 2.022 (dotação 92) recursos próprios  
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Manutenção das Atividades Esportivas

#### CLÁUSULA SETIMA - PRAZO:

7.1 O presente contrato tem sua vigência até 31 de dezembro de 2011, após a assinatura do contrato, conforme cronograma de trabalho da Comissão Municipal dos Esportes, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/935.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL:

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo

entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - PENALIDADES:

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 5% (cinco) por cento sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DECIMA - FORO COMPETENTE:

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 16 de março de 2011  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

JOSÉ GILVANE LAUER

Contratado  
JOSÉ GILVANE LAUER  
Sócio administrador  
CPF: 033.086.199-97

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 020.226.259-60

#### Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 02/2011. FMS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2011.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/000149, neste ato representado pelo Gestor do Fundo, o Senhor Bruno José Heberle, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida á Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Julinho Zinhani, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 02/2011

Considerando o contrato Administrativo nº 02/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 04 de janeiro 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 18/2010 e Pregão Presencial nº 09/2010, com seus anexos FMS, em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, equipamentos de pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde.

Considerando o disposto na Cláusula 2ª, do contrato nº 02/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do ano de 2011 conforme segue abaixo:

Unid. Org. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0260 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde
Órgão 10, Unid 01, Prot Ativ 2.030	3.3.90.00.00.00.00.00.0271 Manutenção dos Serviços do Programa da Saúde

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

#### Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 02/2011 fica acrescido o reajuste de R\$ 0,05 (cinco centavos) passando o valor de R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) o litro de gasolina comum, conforme documentos fiscais anexos comprovando o reajuste.

Descrição valor R\$	Atual Valor R\$	
Especificação do objeto	Valor Atual	Valor Reajustado
Gasolina comum	2,73	2,78

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas

permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 17 de Março de 2011.

BRUNO JOSÉ HEBERLE  
Gestor do Fundo

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA -ME  
Contratada

JACKSON SCHERER  
Secretario da Administração

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 020.226.259-60

### Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 03/2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2011.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito Municipal, o Senhor Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida á Rua Santa Maria, 157, na cidade de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.473.148/0001-55, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2011

Considerando o Contrato Administrativo nº 03/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 04 de Janeiro de 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 120/2010 e Pregão Presencial nº 54/2010, com seus anexos- PMT, em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes aos Fundos).

Considerando o disposto na Cláusula 2ª, do contrato nº 03/2011-Prefeitura Municipal de Tunápolis. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária do ano de 2011 conforme segue abaixo:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 02,Unid 01, Proj/Ativ 2.003 (dot 2)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção do gabinete do prefeito
Órgão 03,Unid 01, Proj/Ativ 2.009 (dot 8)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços da secretaria de administração
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.010 (dot 31)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos serviços de educação, cultura e esportes
Órgão 04,Unid 01, Proj/Ativ 2.013 (dot 51,53)	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção do transporte escolar
	3.3.90.00.00.00.00.00.0124 – Manutenção do transporte escolar
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.023 (dot. 115)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da secretaria de agricultura e meio ambiente
Órgão 06,Unid 01, Proj/Ativ 2.027 (dot. 128,130,131,132,133)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0108 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0111 – Manutenção dos serviços de transporte
	3.3.90.00.00.00.00.00.0258 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo
Órgão 06,Unid 02, Proj/Ativ 2.028 (dot 140)	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos serviços de Obras E urbanismo

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição dos combustíveis fornecidos pelo contrato celebrado com a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

#### Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato nº 03/2011 fica acrescido o reajuste de R\$ 0,05 (cinco centavos) passando o valor de R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos) o litro de gasolina comum, conforme documentos fiscais anexos comprovando o reajuste.

Descrição valor R\$  
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual	Valor Reajustado
Gasolina comum	2,73	2,78

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 17 de Março de 2011.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA -ME  
Contratada  
JACKSON SCHERER





Secretario da Administração

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt  
CPF: 020.226.259-60

**Turvo**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Decreto 14/2011**

DECRETO Nº 014 /11, de 17 de Março de 2011.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º inciso I e II da Lei nº 2046/10, de 07 de Dezembro de 2010,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 14.213,66 (Quatorze mil, duzentos e treze reais e sessenta e seis centavos), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
12.361.0034.2.010 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0003.0 (115) - Aplicações Diretas R\$ 14.213,66

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Fundeb, ocorridos no exercício anterior (2010).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 17 de Março de 2011.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

**Decreto 15/2011**

DECRETO Nº 015/11, de 17 de Março de 2011.  
DISCIPLINA A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 05/05/2000 e Lei Municipal nº 2029/2010, de 20/10/2010 (LDO para 2011), Art. 10.

CONSIDERANDO, que o comportamento da receita realizada até o 1º bimestre de 2011 está indicando o comprometimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais,

CONSIDERANDO, os critérios de limitação de empenho estabelecidos na Lei Municipal nº 2029/2010, (LDO para 2011),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam limitados os gastos e investimentos programados, através de bloqueio de dotações, nos valores e especificações abaixo:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0028.2005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.080.0 (10) - Aplicações Diretas R\$ 141.493,38  
06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
12.361.0035.2011 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.52 (109) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 (40) - Aplicações Diretas R\$ 41.666,67  
12.306.0038.2014 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.51 (46) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
12.361.0010.1016 - CONSTR E OU AMPLIA SALA DE AULA ENS FUNDAMENTAL  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.0 (25) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS, E SERVICOS PUBLICOS  
26.782.0044.2019 - MANUT. E FUNC SEC TRANSPORTES OBRAS E SERV PUBLICOS  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0045.0 (73) -Aplicações Diretas R\$ 694,41  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0016.0 (71) -Aplicações Diretas R\$ 2.545,07  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0044.0 (72) -Aplicações Diretas R\$ 5.497,31  
15.452.0043.2018 - MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.0 (66) -Aplicações Diretas R\$ 3.341,05  
08.01 - SECRETARIA DE SAUDE E ACAO SOCIAL  
08.244.0047.2027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0048.0 (81) Aplicações Diretas R\$ 4.166,67  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 (80) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0050.0 (82) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0003.1052 - CONSTRUÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE SAUDE  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.0 (2) Aplicações Diretas R\$ 41.666,67  
10.301.0046.2051 - MANUTENÇÃO DO FMS , SF E ACS  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.16 (19) Aplicações Diretas R\$ 3.333,33  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.15 (11) Aplicações Diretas R\$ 2.447,63  
10.301.0046.2055 - MANUTENÇÃO DO SAMU  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.20 (4) Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 17 de Março de 2011.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Administração e Finanças - designado.

### **Convenio PMT 11/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO No 011/2011

CONVENIADA: Lar Beneficente São Vicente de Paulo

OBJETO: Ajuda financeira para auxiliar na manutenção da entidade, sendo que o mesmo deverá abrigar idosos do Município de Turvo.

VALOR: R\$ 10.000,00

VIGÊNCIA: Março 2011 e dezembro de 2011.

## **CAMARA DE VEREADORES DE TURVO**

### **Termo de Contrato Nº 07/2011.**

TERMO DE CONTRATO Nº 07/2011.

Proponente: CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Parlamentar.

Valor: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) mensais.

Vigência: De 04 de março a 31 de Dezembro de 2011.

## **Videira**

## **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **PR148-2010 - aplicação de penalidade**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2010

O Prefeito Municipal de Videira comunica que, à empresa JBS S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.916.265/0063-62, estabelecida na Rua José Gall, nº 1373, na cidade de Itajaí/SC, foi aplicada a penalidade de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Videira, pelo prazo de 01 (UM) ANO, nos termos do art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

Videira, 18 de março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

## **Associações**

### **AMVALI**

#### **Resolução Nº. 1/2011 - Designa responsável para assessoria administrativa e financeira da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI.**

RESOLUÇÃO Nº. 1/2011 - de 21 de fevereiro de 2011

Designa responsável para assessoria administrativa e financeira da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI.

O Presidente da AMVALI, Sr. Nilson Bylaardt, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no Estatuto Social,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o funcionário Alessandro Hansen Vargas, RG n.º 1.982.650, CPF n.º 866.653.409-53, como responsável pela assessoria administrativa e financeira da AMVALI.

Parágrafo único: O funcionário designado fará uso de todas as prerrogativas e responsabilidades inerentes a função, sem prejuízo das atividades já desenvolvidas.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor por prazo indeterminado na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de Fevereiro de 2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito de Guaramirim (SC)

Presidente da AMVALI

#### **Resolução Nº. 2/2011 - Autoriza a organização da quarta edição dos Jogos de Integração da AMVALI e dá outras providências**

RESOLUÇÃO Nº. 2/2011 - de 24 de Fevereiro de 2011

Autoriza a organização da quarta edição dos Jogos de Integração da AMVALI e dá outras providências

O Presidente da AMVALI, Nilson Bylaardt, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica autorizada a equipe técnica da AMVALI a organizar a quarta edição dos Jogos de Integração da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI, a serem realizados no Município de Corupá (SC).

Parágrafo único: Os jogos têm a finalidade de promover a integração dos servidores públicos dos Municípios associados a AMVALI.

Art. 2º - Os jogos serão disputados nas modalidades de futsal masculino e feminino, voleibol masculino e feminino, bocha masculino e feminino, bolão misto, truco livre, dominó livre, canastra livre, general livre e gincana.

Art. 3º - A organização ficará a cargo da AMVALI, sendo que a arbitragem e pessoal de mesa serão contratados externamente devendo, prioritariamente, ser composta por profissionais vinculados a instituições de ensino superior que ofereçam cursos voltados à educação física.

Art. 4º - Os custos com a organização, premiação, arbitragem e alimentação do pessoal da AMVALI serão cobertos pelo orçamento corrente da entidade.

Art. 5º - As despesas com locomoção e alimentação das equipes competidoras ficarão a cargo do respectivo Município participante.

Art 6º - O Município sede deverá disponibilizar local adequado a disputa dos jogos, sem ônus à AMVALI, bem como responsabilizar-se pela manutenção dos mesmos durante o evento.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Jaraguá do Sul (SC), 24 de Fevereiro de 2011.

NISLON BYLAARDT  
Prefeito de Guaramirim (SC)  
Presidente da AMVALI

### **Resolução Nº. 3/2011 - Referenda a baixa de ativos inutilizados por ocasião da enchente de 20 de janeiro de 2011 na sede da AMVALI, em Jaraguá do Sul**

RESOLUÇÃO Nº. 3/2011 - de 18 de março de 2011

Referenda a baixa de ativos inutilizados por ocasião da enchente de 20 de janeiro de 2011 na sede da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI.

O Presidente da AMVALI, Sr. Nilson Bylaardt, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Referendar a baixa dos ativos inutilizados por ocasião da enchente de 20 de janeiro do corrente, na sede da entidade, sito a Rua Arthur Gumz n.º88, bairro Vila Nova, Jaraguá do Sul.

Parágrafo único: A relação dos ativos ora baixados consta no ANEXO I desta resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de março de 2011.

NILSON BYLAARDT  
Prefeito de Guaramirim (SC)  
Presidente da AMVALI

### **Anexo I da Resolução 3/2011**

#### **ANEXO I**

Resolução 3/2011 de 18 de março de 2011

- 2 computadores - 2.500,00 reais;
- 2 impressoras - 500,00;
- 2 estabilizadores - 200,00 reais;
- 2 Teclados - 50,00 reais;
- 1 HD - 100,00 reais;
- 2 Nobreak - 500,00 reais;
- 2 máquinas fotográficas - 1.000,00 reais;
- 1 gravador - 200,00 reais
- 1 mesa de som - 450,00 reais;
- 2 microfones - 1.100,00 reais;
- 72 cadeiras com braço - 11.448,00 reais;
- 10 cadeiras de mesa de autoridades - 1.830,00;
- 2 cadeiras da recepção - 366,00;
- 3 conjuntos de banquetas, com 3 cadeiras cada (recepção) - 750,00 reais;
- 1 geladeira - 800,00 reais;
- 1 bebedouro - 400,00 reais;
- Materiais domésticos (cozinha) - 1.000,00 reais;
- Gêneros Alimentícios - 200,00 reais;
- Mobiliário em geral de todo o piso térreo (armários) - 1.000,00 reais;
- Materiais de escritório - 500,00 reais
- Materiais de informática (cartuchos para imprensa) - 100,00 reais
- Materiais de higiene e limpeza - 400,00 reais;

- Documentos contábeis, financeiros e administrativos em geral, referente os exercícios de 2008 e 2009.

- Fios e cabos - 300,00 reais

- 2 Veículos VW Parati - 56.000,00 reais (a serem ressarcidos pela seguradora)

TOTAL DOS PREJUÍZOS: R\$ 25.694,00

TOTAL VEÍCULOS: R\$ 56.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 81.694,00

## **Consórcios**

### **AGIR**

#### **Extrato de contrato**

CONTRATO Nº 004/2011 - Contrato de Consórcio 2011

Contratante: CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Contratados: Município de Gaspar

OBJETO: Contrato de Participação/Adesão ao Consórcio Público

Vigência: 01.03.2011 a 31.12.2011

Blumenau, em 18 de março de 2011

SERGIO ALMIR DOS SANTOS PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente AGIR

Prefeito de Gaspar

#### **Extrato Rateio**

CONTRATO Nº 003/2011 - RATEIO 2011

Contratante: CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Contratados: Município de Gaspar

OBJETO: Rateio para custos de manutenção da AGIR para 2011.

Valor anual: R\$ 35.054,10 - Valor mensal: R\$ 3.505,41.

Vigência: 01.03.2011 a 31.12.2011

Blumenau, em 18 de março de 2011

SERGIO ALMIR DOS SANTOS PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente AGIR

Prefeito de Gaspar

#### **Editais de Convocação**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o art. 17, § 2.º, c/c art. 20, inciso II e art. 35 caput, do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da AGIR que se realizará no dia 24 de março de 2011, às 14h15min, em primeira (1.ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2.ª) convocação, trinta (30) minutos após com a presença da maioria simples dos consorciados. Convocação efetuada nos termos do art. 23, § 2.º do Estatuto.

Local: Rua Alberto Stein, n.º 466, Auditório Lino Grützmacher, 1.º

piso, CEP 89036-200, Bairro Velha, Blumenau, Santa Catarina.

**ORDEM DO DIA**

- 1 - Leitura e aprovação da ata anterior.
- 2 - Proposta e votação de alteração de estatuto. (art. 20, inc. IV c/c art. 23, caput, § 1.º e seguintes);
- 3 - Aprovação de nomes indicados para composição do Comitê de Regulação (art. 20, inc. XVI c/c art. 35, caput);
- 4 - Assuntos Gerais

Blumenau, 17de março de 2.011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva  
(Original assinado)

---

**CINCO**

---

**Termo de Convocação Edital de Contratação 0004/2011****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Pelo presente termo de convocação, em obediência as disposições do Edital de Contratação Temporária n. 0004/2011, homologado pela Resolução n.º 020/2011, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, para no prazo de 03 (três) dias comparecer, no horário de expediente, na Diretoria Executiva, localizada na sede do Consórcio Público, sito à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, na cidade de Fraiburgo, SC., munido com os documentos relacionados no item 3.6 deste Edital e demais abaixo descritos, para preenchimento de vagas temporárias de operador de máquinas (escavadeira hidráulica e retroescavadeira), cientes que a não manifestação no prazo estipulado acima (item 3.2, do Edital) implicará na eliminação do candidato do processo seletivo (item 3.3, do Edital):

- I - DEIVID ADEMAN LUCAS - Código 1 (Operador de Máquina - Escavadeira Hidráulica);  
II - DEIVID ADEMAN LUCAS - Código 2 (Operador de Máquina - Retroescavadeira).

**Relação de documentos:**

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional Médico do Trabalho;
- c) CTPS - Carteira Profissional;
- d) Cartão do PIS/PASEP;
- e) Título de Eleitor;
- f) Certificado de Reservista;
- g) Carteira de Vacina dos filhos menores de 05(cinco) anos;
- h) Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

Fraiburgo, 21 de março de 2011.  
NELMAR PINZ  
Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO

---

**CITMAR**

---

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº. 01/2011**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2011

Nº. Processo: 01/2011.

Objeto: Prestação de serviços de assessoria e orientação na gestão do CITMAR e aos municípios a ele consorciados em como execução da escrita contábil nos moldes da contabilidade pública conforme prevêem as Leis Federais n. 11.107, de 06 de abril de 2005 e Lei Federal 4.320/64 e Lei Federal 8.666/93 com suas alterações posteriores, as normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Regulamentações da Secretaria do Tesouro Nacional, legislação municipal e demais legislações pertinentes.

Total de Itens Dispensados de Licitação: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 24, II da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado pela empresa que tem capacidade técnica para planejar e executar os serviços objeto desta licitação. Declaração de Dispensa de Licitação em 20/01/2011 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº.25.073. Ratificação em 20/01/2011 - Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: R\$ 34.008,00 (Trinta e quatro mil e oito reais).

Contratada: AGPE - Assessoria na Gestão Pública e Empresarial Ltda. ME.

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº. 02/2011**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2011

Nº. Processo: 02/2011.

Objeto: Projeto de Sinalização Turística e Indicativa Vertical Complementar para o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar nos Municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, da Região da AMFRI.

Total de Itens Dispensados de Licitação: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 24, I da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado pela empresa que tem capacidade técnica para planejar e executar os serviços objeto desta licitação. Declaração de Dispensa de Licitação em 04/02/2011 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº.25.073. Ratificação em 04/02/2011 - Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais).

Contratada: Diniz Engenharia Ltda.

**Extrato de Contrato Nº. 01/2011**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 01/2011

Objeto: O objeto do presente contrato perfaz a produção das fotos a serem utilizadas na Revista Costa Verde & Mar, dos municípios que compõe o CITMAR.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais).

Contratado: Marcelo Melhem Saad Produções ME - Faro Models.

Vigência: 10.01.2011 a 10.02.2011.